

AMANDA MUNIZ TOLLEDO SILVA
GISLAINE APARECIDA BARBOSA BATISTA

**A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL
BÁSICA, PARÂMETROS PARA UMA REFLEXÃO: A realidade da prática
do Assistente Social no CRAS/Aparecida.**

CARATINGA - MG
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
2016

AMANDA MUNIZ TOLLEDO SILVA
GISLAINE APARECIDA BARBOSA BATISTA

**A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL
BÁSICA, PARÂMETROS PARA UMA REFLEXÃO: A realidade da prática
do Assistente Social no CRAS/Aparecida.**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social das Faculdades Doctum, Unidade de Caratinga-MG, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Sônia Gomes de Freitas

CARATINGA - MG
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
2016

FIC – Faculdades Integradas de Caratinga Curso:
Serviço Social

FOLHA DE APROVAÇÃO

O trabalho de conclusão de curso intitulado: **A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, PARÂMETROS PARA UMA REFLEXÃO: A realidade da prática do Assistente Social no CRAS/Aparecida.**

Elaborado pelos alunos (a):

Amanda Muniz Tolledo Silva

Gislaine Aparecida Barbosa Batista

Foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceita ao curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Caratinga – FIC, como requisito parcial da obtenção do título de **BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL.**

Caratinga, 13 de dezembro de 2016.

Orientador

Examinador 1

Examinador 2

AGRADECIMENTOS

Após uma jornada gratificante de quatro anos de luta e esforço, a tão desejada conquista está a partir do “Trabalho de Conclusão de Curso” ainda mais próxima, mais é claro que não existem conquistas sem superação de dificuldades e estas estão dando um sabor especial a conclusão desta etapa de minha vida. Porém, meu sonho não foi sonhado só, agradeço àqueles que estiveram ao meu lado e me acompanharam nesta trajetória acadêmica.

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e inspiração de todos os momentos, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada, que me permitiu, diversas experiências e vitórias alcançadas, pois sem ele nada seria possível.

Aos meus pais Marise e Eleri, sou grata pelo incentivo e apoio incondicional, sempre acreditando na importância da formação acadêmica em minha vida, como base para um futuro melhor e se esforçando ao máximo, mesmo com toda dificuldade, para que nunca me falta se nada no decorrer desta caminhada. Minha eterna gratidão, amo muito vocês!!!

Ao meu namorado Junior, por acreditar em minha capacidade e por estar sempre ao meu lado com tanto carinho e compreensão, sempre me incentivado a não desistir.

A minha família e amigos por vibrarem junto a mim, a cada obstáculo vencido, vocês fazem parte desta conquista cada uma a sua forma.

Karen, a você também Gostaria de expressar o meu muito-obrigado. por sua disponibilidade em ensinar e pelo carinho que me recebeu em meu período de estágio no CRAS Esplanada, aprendi muito com você e com seu amor a esta profissão, que agora também amo tanto. Nunca me esquecerei de você, será sempre um exemplo de profissional para mim.

A minha orientadora, Prof.^a Sônia Gomes de Freitas, por sua contribuição riquíssima em nosso trabalho e em minha formação pessoal e acadêmica, sempre acreditando em minha capacidade e me incentivando a evoluir a cada dia mais. Agradeço por todo o empenho e generosidade em construir uma imensa bagagem de

conhecimento, contribuindo para meu amadurecimento. Você sempre será o exemplo para minha trajetória profissional.

Gostaria de agradecer aos docentes que fizeram parte da formação do meu conhecimento acadêmico, mais em especial a Prof.^a e coordenadora Lívia Maria Siqueira Fernandes, Prof.^a Ms. Noêmia de Fatima Silva Lopes e Prof.^a Renata Souza Ribeiro de Paiva, pois com toda paciência e carinho, nos inundaram com seu saber e exemplo, vocês são inspiração.

E, em especial, agradeço a minha amiga Gislaine Aparecida, parceira deste trabalho, que no decorrer deste curso se tornou uma irmã. Obrigado pela amizade, e por ter compartilhado comigo os momentos de alegrias e de tristezas, as horas de desespero e as risadas sinceras e incontroláveis, e por estar ao meu lado também nesta conquista, apostado neste trabalho junto de mim. Muito obrigada!!!

A todos vocês meu muito-obrigado, somos todos donos deste sonho que se realiza.

Amanda Muniz Tolledo Silva

AGRADECIMENTOS

Por mais solitário que possa parecer o caminho que se percorre na construção de um trabalho dissertativo, não seria possível a sua concretização de maneira tão solitária.

Há uma diversidade de companhias que, muitas vezes, só são evidenciadas na hora de escrever os agradecimentos. São pessoas, acontecimentos, alguns tristes, outros alegres. São sentimentos, por vezes extasiantes, estimulantes, por outras, paralisantes. Várias pessoas, vários momentos, vários sentimentos. É chegada a hora de lembrar as presenças marcantes ao longo dessa trajetória de quatro anos.

Gostaria de agradecer aqueles que, com suas particularidades, foram os meus presentes, em todos os sentimentos que se possa compreender essa palavra.

Em primeiro lugar a Deus, de onde vem toda a dádiva. Da vida, da família, dos amigos. Da inteligência, da saúde, da capacidade de amar e realizar...

Agradeço aos meus familiares: a minha mãe, por muito, mas principalmente pelas suas orações. Ao meu pai, por aprendizados que desde a infância me acompanham e pelos desafios que, da sua forma, me levou a enfrentar. Ao meu irmão pela confiança e pelo esforço em tentar me compreender.

Agradeço aos primos, tios, tias e avós, por me dar a certeza de que nunca estarei só. Vocês são peça chave que representa equilíbrio, fundamental nessa conquista.

Agradeço aos amigos e amigas de trabalho, pelo carinho e torcida. As colegas e companheiras de turma, pelos momentos instigantes de discussão e contribuição, em especial a minha amiga Amanda que juntos trilhamos esse caminho, sofremos, choramos e também tivemos muitas alegrias, com cada trabalho entregue, com cada prova realizada... A você, muito obrigada! .

Agradeço as Assistentes Sociais do CRAS Aparecida, pela imensa contribuição em minha trajetória acadêmica, e pela colaboração diretamente com a realização desse trabalho concedendo pacientemente as entrevistas, não podendo deixar de citar minha eterna amiga e profissional Shirlei Maclin, um exemplo de profissional, que me incentivou, apoiou, contribuindo para o meu crescimento pessoal, intelectual e profissional, acreditando no meu potencial, na minha profissão, nas minhas ideias, principalmente quando nem eu mais acreditava.

A minha orientadora, prof^a Sônia Gomes de Freitas, que talvez não tenha a dimensão do quanto contribuiu para o meu amadurecimento. Obrigado por acreditar no meu potencial.

Gostaria de agradecer a todos os professores do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Caratinga-FIC, em especial á prof^a e coordenadora Livia Maria Siqueira Fernandes, prof^a Noêmia de Fatima Silva Lopes, prof^a Renata Souza Ribeiro de Paiva, pelo incentivo e contribuição com uma rica bagagem teórica no momento da qualificação.

E finalmente agradeço, ao meu esposo Leandro, pelo apoio, carinho, incentivo e compreensão, e minha filha Izadora, “minha princesa”, e fiel companheira por entender os momentos de ausência. Obrigado pelo compartilhar da vida na alegria e na dor.

Gislaine Aparecida Barbosa Batista

EPÍGRAFE

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretiza-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos. Mais justos. Mais solidários. (Marilda lamamoto)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso se configura como uma exigência da obtenção do título de bacharel no curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Caratinga. A dissertação propõe uma discussão acerca da instrumentalidade do Serviço Social, na tentativa de visualizá-la na prática cotidiana do Assistente Social, sendo possível essa discussão a partir do período de estágio supervisionado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A instrumentalidade é entendida como as capacidades que os sujeitos profissionais adquirem de darem respostas às demandas que se colocam a profissão, constroem-se sócio-historicamente num conflito de tecnologias e causalidades. Na área do Serviço Social a instrumentalidade como mediação é o espaço para se pensar nos valores subjacentes às ações, no nível e na direção das respostas que estamos dando e pelas quais a profissão é reconhecida ou questionada socialmente. Primeiramente foi realizada uma contextualização sócio-histórica do Serviço Social brasileiro, dando ênfase a instrumentalidade do Serviço Social como mediação da prática profissional, destacando também a Política de Assistência Social na Proteção Social Básica. Por fim, foi realizada uma pesquisa semiestruturada qualitativa, buscando evidenciar a instrumentalidade na prática cotidiana, sendo aplicada aos profissionais Assistentes Sociais do CRAS Aparecida.

Palavras-chave: Serviço Social, Instrumentalidade, Política de Assistência Social

SUMARIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - A CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO – HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: UM PERCURSO EM CONSTRUÇÃO	14
1.1.A emergência do Serviço Social no Brasil e seu desenvolvimento no percurso tradicional.....	14
1.2. O processo de construção e desenvolvimento do serviço social na perspectiva dialética.....	24
1.2 A instrumentalidade do Serviço Social: As mediações da prática profissional.....	35
CAPITULO II - A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO DA PRÁTICA PROFISSIONAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	45
2.1. A arquitetura da Política de Assistência Social no Brasil contemporâneo: O SUAS em questão.....	45
2.2 A Instrumentalidade do Serviço Social na proteção social básica: A realidade da prática profissional no CRAS/APARECIDA.....	55
3.CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
4.REFERÊNCIAS	83
5. APÊNDICE	88

LISTA DE SIGLAS

ABAS - Associação Brasileira de Assistentes Sociais

ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

ABPESS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

BPC- Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico - Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal

CEDEPSS – Centro de Estudos e Projetos em Educação, Cidadania e Desenvolvimento Social

CF- Constituição Federal de 1988

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CIB – Comissões Intergestores Bipartites

CIT – Comissões Intergestores Tripartites

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

CFAS - Conselhos Federal e Regionais de Assistentes Sociais

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LBV- Legião da Boa Vontade

LA – Liberdade Assistida

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB - Norma Operacional Básica

NOB/ 1997 - Norma Operacional Básica da Assistência Social

NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PAIF - Programa de Atenção Integral à Família

PAS – Planos de Assistência Social

PBF - Programa Bolsa Família

PBS - Proteção Social Básica

PBE- Proteção Social Especial

SPSBD – Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio

SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SNAS- Secretaria Nacional de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

INTRODUÇÃO

A elaboração desse trabalho resultou da experiência de estágio supervisionado das alunas referenciadas, sendo que todas realizaram o estágio na Política de Assistência Social, especificamente no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Aparecida.

A exposição dos resultados alcançados com o estudo do objeto desta pesquisa encontra-se organizada nesse trabalho em forma de capítulos, sendo que no primeiro capítulo busca-se a contextualização sócio-histórica do Serviço Social brasileiro mediante seu processo de construção, dando ênfase à emergência do Serviço Social no Brasil e seu desenvolvimento no percurso tradicional; o Processo de Construção e desenvolvimento do Serviço Social na perspectiva dialética; e a instrumentalidade do Serviço Social frente às mediações da prática profissional.

O capítulo segundo traz a política de assistência social e o serviço social, com base em um estudo da prática profissional na proteção social básica, dando ênfase à arquitetura da Política de Assistência Social no Brasil contemporâneo colocando o SUAS em questão. E, a Instrumentalidade do Serviço Social na proteção social básica tendo em vista a realidade da prática do Assistente Social no CRAS/APARECIDA, trazendo então a discussão da entrevista com as assistentes sociais.

A instrumentalidade do Serviço Social expressa no exercício profissional, demarcada suas dimensões técnico-operativa, teórico-metodológico e ético-político, o que constitui o objeto de discussão e análise do estudo que ora se apresenta, tendo como tema: “A instrumentalidade do serviço social na proteção social básica, parâmetros para uma reflexão: a realidade da prática do assistente social no CRAS/Aparecida.” Instrumentalidade essa que caracteriza a profissão, dando a ela características próprias que a distinguem das outras, caracteriza-se também como sendo “capacidade construtiva da profissão”. Desta forma ela não pode ser entendida apenas como um conjunto de técnicas e modelos capazes de operacionalizar a profissão.

Sendo assim, a concepção de instrumentalidade do Serviço Social que se pretende reforçar nesse trabalho dissertativo, construída na base da racionalidade

crítico-dialética, assim como a própria profissão, considerada como uma totalidade, resultado de múltiplas determinações histórico-sociais.

Portanto, tem-se como metodologia para a realização do presente trabalho: a pesquisa bibliográfica com livros, teses e publicações acerca do tema estudo, recorrendo a autores que tratem da instrumentalidade com o propósito de esclarecer a temática.

Foi realizada uma pesquisa semiestruturada de caráter qualitativa, com os profissionais assistentes sociais do CRAS Nossa Senhora Aparecida, situado em Caratinga/MG.

Tendo como marco teórico desse trabalho as ideias sustentadas pelos autores: Jose Paulo Netto, Marilda Vilela Iamamoto e Yolanda Guerra, que vem trazer de maneira clara e objetiva o tema apresentado.

Os objetivos da pesquisa são alcançados na interface estabelecida em todos os grupos de questões que compuseram o questionário e, que aparecem diluídas na análise dos dados.

A estratégia utilizada na elaboração do roteiro de entrevista foi tentar construir questões que levassem a evidenciar a compreensão através da fala das Assistentes Sociais, de como a instrumentalidade está forjada nessas profissionais e, conseqüentemente, como os conteúdos das dimensões consideradas no referencial teórico deste trabalho transmitidas no âmbito acadêmico, se fazem presentes e, desenvolvidas no exercício profissional.

Assim, esta pesquisa pretende comprovar ou não, a importância da instrumentalidade no fazer profissional do Assistente Social dentro do espaço sócio ocupacional.

CAPÍTULO I - A CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO SERVIÇOSOCIAL BRASILEIRO: UM PERCURSO EM CONSTRUÇÃO

1.1.A emergência do Serviço Social no Brasil e seu desenvolvimento no percurso tradicional

Para se identificar a origem da profissão de Serviço Social é necessário compreender as particularidades da sociedade capitalista, onde se torna visível o domínio do capital sobre o trabalho, proporcionando o aparecimento de duas classes sociais antagônicas e contraditórias: a burguesia¹ e o proletariado². A partir desse contexto torna-se mais explícita a emergência de problemas sociais, devido às condições severas do pauperismo³ na classe trabalhadora.

Segundo IAMAMOTO,

a dominação do capitalismo sobre o trabalho é, portanto, o domínio das coisas sobre o homem do trabalho morto sobre o trabalho vivo. É o processo de produção e reprodução do capital, é o processo de produção e reprodução dessa alienação. (IAMAMOTO, 2001, p.77).

A gênese do modo de produção capitalista se manifestou em todo o processo de vida humana. No final do século XVIII com a emergência da Revolução Industrial⁴ e das lutas sociais em países como Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha.

A agricultura britânica em especial teve diversas rupturas e transformações, já que neste período as principais atividades rentáveis eram agrícolas. Desta forma, com a posse das terras concentradas nas mãos dos grandes proprietários, e havendo a desapropriação de camponeses, ocorreu um aumento expressivo da população no

¹ Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888.)

² Por proletariado, a classe de assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviverem. (Nota de F. Engels à edição inglesa de 1888.)

³ Pauperismo - absoluta pobreza; estado de pobreza extrema em determinada comunidade. in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/pauperismo>.

⁴ De acordo com Castells (1999), a Revolução Industrial consistiu em um conjunto de mudanças tecnológicas com profundo impacto no produtivo em nível econômico que visa centralização e concentração do capital, via exploração da classe trabalhadora. (CASTELLS, 1999, p.53)

meio urbano e, conseqüentemente, da oferta de mão de obra para a manufatura, intensificando então o chamado êxodo rural.

A classe trabalhadora que sofria com a escassez no campo e a perda da posse das terras, não tendo condições de prover a sua própria subsistência, não via outra alternativa senão migrar para a cidade em busca de trabalho nas fábricas, sendo obrigada a vender sua força de trabalho a qualquer preço, se vê a mercê dos donos dos meios de produção, e a viver em condições deploráveis e subumanas.

Diante disto, IAMAMOTO ressalta que,

a reprodução das relações sociais de produção não se reduz à reprodução dos meios de produção, isto é, da força de trabalho e dos meios de materiais de produção, ainda que os envolva. Segundo Lefebvre (1973), as relações sociais de produção envolvem contradições de classe (Capital e Trabalho) que se amplificam em contradições sociais (burguesia e proletariado) e políticas (governados e governantes). Toda a sociedade torna-se o “lugar” da reprodução das relações sociais. (IAMAMOTO, 2011, p. 49-50).

O período da Revolução Industrial inaugurou o modo de produção capitalista, que tem como característica a acumulação de bens e lucros por parte dos donos dos meios de produção.

De acordo com MARX:

O objetivo do comprador da força de trabalho e dono dos meios de produção é aumentar seu capital é produzir mais valia (Lei absoluta desse modo de produção). A força de trabalho aumenta o capital de produção, cresce a relação de dependência do proletariado em relação aos capitalistas. De um lado o acumulo de capital e o aumento crescente da mais-valia, do outro estão a subordinação do trabalhador e a sua alienação...”. “O vendedor da força de trabalho, como vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. (MARX, 1985, p.160).

A efervescência do capitalismo devido ao avanço tecnológico ocasionou o desemprego em massa, além de longas jornadas de trabalho, péssimas condições de salubridade, baixos salários, exploração da mão de obra de mulheres e crianças, fez com que a classe trabalhadora começasse a se organizar em lutas e movimentos reivindicando melhores condições de trabalho. Desta forma, de um lado estavam os

que comprem a força de trabalho, e do outro, aqueles que as vendem para garantir a sua subsistência, iniciando um período de manifestações advindas do acúmulo de pessoas nos polos industriais e o agravamento da chamada “questão social”⁴, que se consolida a partir do modo de produção capitalista.

Segundo IAMAMOTO & CARVALHO (1982), a questão social refere tanto a existência de desigualdade quanto suas formas históricas, tornando-se alvo por parte do Estado e dos capitalistas, com a finalidade de não só garantir a reprodução da força de trabalho, mas com intuito de evitar qualquer manifestação que possa pôr em xeque a ordem social vigente.

MARTINELLI ressalta que,

a realidade trazida pelo capitalismo estava posta e imposta: ou o trabalhador se mercantilizava, assumindo a condição de mercadoria útil ao capital, ou se coisificava, assumindo o estado de “coisa pública” – res-publica – a que correspondia a perda da cidadania, a “não-cidadania”. (MARTINELLI 2005, p. 57).

Desta forma, Burguesia, Igreja e Estado se unem em reação as manifestações dos trabalhadores, buscando conter as expressões política e social, surgindo assim os primeiros Assistentes Sociais com o propósito de suprir aos interesses da burguesia, enquanto mediador entre as divergentes visões antagonistas de capital x trabalho.

O apoio do Estado à burguesia, para ela se manter intacta no poder, se dá por meio do assistencialismo. Com enfoque na alienação social e busca de estratégias para um consenso na classe trabalhadora, tendo por objetivos o controle popular e de suas insatisfações. A igreja católica teve grande influência no serviço social, por meio das damas de caridade, que se baseavam em ações filantrópicas ligadas a religião,

⁴ Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO (2007, p. 27)).

estes profissionais neste período tinham fonte na Doutrina Social da Igreja, no tomismo e neotomismo⁵. Sendo assim, MARTINELLI explicita que,

[...] a origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes- alienação, contradição, antagonismo, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido. (MARTINELLI, 2005, p. 62).

Desta forma, de acordo com IAMAMOTO (2011), é possível notar na gênese do Serviço Social, os interesses da classe trabalhadora assalariada e da burguesia, ligados a ação deste profissional. O Serviço Social encontrará o momento propício para se legitimar enquanto profissão a partir da execução das políticas sociais elaboradas pelo Estado, para atender as diversas mazelas sociais presentes na classe trabalhadora, o que demonstra sua estreita relação com a “questão social”.

Neste sentido IAMAMOTO afirma que,

[...] Com o surgimento do Serviço Social como profissão, está vinculado à emergência da “questão social”, afirma também que os problemas políticos e econômicos que reclamados pela classe trabalhadora no curso da consolidação do capitalismo; portanto a “questão social” está atrelada aos conflitos da relação capital/trabalho. (IAMAMOTO, 2008, p.161-196.).

O Estado passa a dar uma atenção à classe trabalhadora no desenvolvimento de sua política, esta ação acontece por meio do trabalho de Assistentes Sociais.

De acordo com MARTINELLI (2005), foi organizado na cidade de Nova York, em 1898, o primeiro curso destinado à aprendizagem da ação social ou, como Richmond esperava após grande argumentação, “à aprendizagem da aplicação científica da filantropia”, que veio se tornar no ano seguinte a primeira Escola de Filantropia Aplicada, impulsionando a criação da primeira escola europeia em 1899, na cidade de Amsterdã, e logo em seguida a primeira escola alemã, em 1908.

⁵ no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII)” (YAZBEK, 2009).

A partir deste momento foi possível se observar um crescimento dos cursos voltados para a formação social nos Estados Unidos e na Europa, tendo como consequência, em 1908 a criação da primeira Escola de Serviço Social na Inglaterra, e Paris nos anos de 1911 e 1913.

Na mesma proporção em que acontecia o crescimento do curso, decorrente da I Guerra Mundial, houve também um expressivo agravamento da "questão social", diante deste fato o surgimento das escolas não pôde mais ser desassociado do contexto político e histórico. A partir desta etapa, a prática da assistência já não era vista somente como filantropia e caridade, pois, passa a ser vinculada a vastos objetivos. Perante esta situação, é organizado por Richmond em 1916 a I Conferência Nacional de Trabalhadores Sociais, onde a profissão passa a ser denominada oficialmente como Trabalho Social.

Na América Latina, a gênese do Serviço Social vincula-se à fundação da primeira escola da profissão no Chile.

Segundo CASTRO,

Em 1925 começa a funcionar em Santiago do Chile a primeira escola de Serviço Social. fundada pelo Dr. Alejandro Del Rio. O fato de que a primeira escola de Serviço Social da América Latina tenha sido criada por um médico é fundamental importância. Nesta época, os médicos já sabiam muito bem que poderiam rentabilizar sua tarefa na medida em que se cercassem de uma série de subtécnicos que, sob sua absoluta dependência e direção e dando-lhes estrita conta dos seus afazeres, completariam função propriamente medica... Médicos com esta mentalidade puderam perceber que continuariam com outro componente nesta equipe de subprofissionais. (CASTRO, 2003, p. 30).

A legitimação profissional do Serviço Social no Brasil acontece em um período de turbulência para o país, devido a diversos fatores, podendo mencionar a 2ª guerra mundial, a Revolução Russa e problemas derivados da crise da Bolsa de Nova York em 1929. Os fatores mencionados motivaram grandes impactos econômicos e políticos, como a queda do preço do café que era seu produto de maior exportação, sendo o fator do aumento do custo de vida da população no país e, conseqüentemente, causando o aumento da pauperização.

As exportações brasileiras sofreram rápido decréscimo. Justamente os criadores de gado do Rio Grande do Sul e Minas Gerais e os produtores de cana-de-açúcar da Paraíba que são aqueles que investem no Brasil, se deram conta que estavam sendo enganados pelos coronéis paulistas, que se organizaram em torno do paulista Júlio Prestes para a sucessão de Washington Luís, ao invés de respeitar a “política do café com leite” que rezava ser agora vez de um político apoiado pelos mineiros.

Num primeiro momento Getúlio Vargas, que tomara posse do governo do Rio Grande do Sul em 1928 e, João Pessoa, da Paraíba, formaliza uma aliança contra os propósitos de Washington Luís que negou a concessão de financiamentos aos cafeicultores pelo Banco do Brasil. Washington Luís queria sustentar a política de estabilização financeira recomendada pelos banqueiros estrangeiros como condição para empréstimos posteriores. Por esta razão, ele também retirou o apoio ao seu sucessor “natural”, o então presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Andrade, se unindo aos paulistas para a candidatura de Prestes, rompendo o pacto entre as oligarquias paulista e mineira.

Conforme afirma BEHRING & BOSCHETTI,

O Movimento de 1930, que culminou com a assunção de Getúlio Vargas ao governo, embora não tenha sido a Revolução Burguesa no Brasil, foi sem dúvida um momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalista no Brasil. (BEHRING & BOSCHETTI, 2006, p.105).

No Brasil, a profissão do Serviço Social ganha espaço com a industrialização e o êxodo dos habitantes do perímetro rural para os centros urbanos em meados da década de 30, onde, com este processo de urbanização, a questão social enquanto objeto de intervenção do Assistente Social torna se cada vez mais visível e nítida com suas complexidades formadas a partir de um conjunto de mazelas sociais e expressões da desigualdade social, econômica e cultural, problemas da conjuntura da sociedade capitalista madura.

Nesse contexto, o Brasil passava por um período de governo provisório (1930 a 1934), por Getúlio Vargas, que começou a executar políticas de modernização no país, criando novos ministérios e nomeando interventores de estados. “A fase propriamente revolucionária durou até 1934, quando a assembleia constituinte votou nova Constituição e elegeu Vargas como presidente.” (CARVALHO, 2006, p.87).

Entre 1930 e 1937, o país vivenciou grandes agitações políticas devido à amplitude e a organização de movimentos sociais e políticos. Sinalizando a respeito da mobilização, que atingiu vários estados da federação, envolvendo vários grupos sociais dentre eles: operários, classe média, militares, oligarquias e industriais. Sendo que, a partir das organizações destes movimentos sociais e políticos, cresce o número de sindicatos, associações e partidos políticos.

Um grande número de desempregados ansiosos por mudanças no novo governo vagam pelas cidades e pelos campos do Brasil, acreditando que todos os seus problemas fossem resolvidos. Era um país mergulhado em contradições, cercado por agitação social, greve, ocupações de fábricas, ameaça de “golpes vermelhos” na velha Europa, mudanças de regimes constitucionais e intensa produção bélica. Neste período, a economia estava sendo remodelada baseada na indústria, com o surgimento de um novo grupo social que determinaria os rumos econômicos do país.

Com o governo populista do presidente Getúlio Vargas, os operários brasileiros receberam uma série de benefícios sociais. Era necessário abrir as portas do país para o capital estrangeiro e avançar do período rural para a industrialização, traçando diretrizes de modernização estatal, adequando as leis e a sociedade para esta nova fase e, servindo de interventor, apaziguador e controlador das lutas de classes.

Vargas reforça seus propósitos criando em 1937, o Estado Novo voltado especificamente para o direito social, no qual o referido presidente recebeu o título de “pai dos Pobres”. BERINGH & BOSCHETTI (2006) destacam que “nesse sentido ele soube combinar esta atitude com uma forte iniciativa: a regulamentação das relações de trabalho, buscando transformar luta de classes em colaboração de classes”.

No início da década de 1940, o Serviço Social avança para o desenvolvimento partindo da influência norte-americana, com implantação da teoria positivista e funcionalista ao agir profissional.

É neste período que acontece o desenvolvimento do estudo das teorias de caso, grupo e comunidade orientou o Serviço Social na busca da integração do homem ao meio social.

O Serviço Social de Caso ou Casework orientava-se pelas teorias de Mary Richmond, Porter Lee e Gordon Hamilton, onde o olhar era voltado para a personalidade do cliente. O trabalho desenvolvido a partir dessas teorias objetivava realizar mudanças no indivíduo, a partir de novas atividades e comportamentos. O indivíduo deveria ser ajustado à sociedade, cumprindo seu papel no sistema vigente, ou seja, era tratado como um elemento que deveria ser trabalhado.

Segundo Richmond (apud BALBINA 1978, p. 44), “O Serviço Social de Caso é o processo que desenvolve a personalidade através de um ajustamento consciente, indivíduo por indivíduo, entre os homens e seu ambiente”.

A procura de apoio científico, o Serviço Social atrelou-se no sentido, principalmente, de racionalizar sua atuação: na sociologia, no que diz respeito à interdependência entre a personalidade e o meio social, na psicologia, nas teorias que pudessem explicar melhor o comportamento dos clientes e contribuir na implementação de um método de tratamento, onde o principal é a pessoa em situação.

O Serviço Social de Caso tem como objetivo estabilizar ou melhorar a situação do cliente quanto à adaptação ou ajustamento social, contando com técnicas e instrumentos que propiciaram dois níveis de intervenção: o direto e o indireto. O Serviço Social de Caso pode ser definido como um instrumento ou meio para liberação da liberdade individual.

HAMILTON afirma que,

O Serviço Social de Caso caracteriza-se pelo objetivo de fornecer serviços básicos práticos e de aconselhamento, de tal modo que seja

desenvolvida a capacidade psicológica do cliente e seja levado a utilizar-se dos serviços existentes para atender a seus problemas. (HAMILTON,1958,p.38).

No decorrer deste período em 1942 foi criada a Legião Brasileira de Assistência, coordenada pela atual primeira Dama Darcy Vargas. IAMAMOTO & CARVALHO, destacam os objetivos da LBA segundo os autores:

Executar seu programa, pela fórmula do trabalho em colaboração com o poder público e a iniciativa privada; congregar os brasileiros de boa vontade coordenando-lhes a ação no empenho de se promover por todas as formas; serviços de assistência social prestado dentro do esforço nacional pela vitória; e ao governo trabalhar em favor do progresso do serviço social no Brasil. (IAMAMOTO & CARVALHO, 1983, p.250).

A LBA foi a primeira instituição nacional de assistência social, instalada em nível federal e registrada no Ministério da Justiça e Negócios voltados a organização de boas vontades.

Em 1947, as Escolas de Serviço Social do Brasil, começaram a ensinar um novo método de intervenção social, compondo os currículos o método de Serviço Social de Grupo.

No início do século XX, nos Estados Unidos, após a Primeira Guerra Mundial, o país se encontrava em pobreza absoluta, onde os usuários eram vistos e tratados de forma isolada e não inseridos em uma sociedade e, é neste contexto que o Serviço Social de grupo irá trabalhar as sequelas que a Guerra Mundial deixou, trabalhando o usuário para ele se ajustar ao meio e produzir mais.

O Serviço Social de Grupo realiza intervenção junto ao usuário e aos seus conflitos emocionais, como o seu potencial para que ele pudesse se agrupar ao meio e produzir mais, sempre no sentido de melhorar a sociedade, sem pensar em nenhum momento no usuário na condição de ser humano e sim, como sendo uma máquina produtiva. O grupo trocava experiências concretas, trabalhava também o crescimento

pessoal dos indivíduos e o enfrentamento dos seus problemas pessoais de modo mais eficaz e, faziam trabalhos terapêuticos de autoajuda.

Em contrapartida, escravizava o indivíduo, pois não lhe dava o direito de pensar sobre as coisas, sobre a sua condição de cidadão, sobre os seus direitos e, sim, fazia com que ele aceitasse a condição de miserável que assim o sistema lhe impõe; porque no Serviço Social de Grupo Funcionalista era o indivíduo que estava desajustado e não o sistema.

O Desenvolvimento de Comunidade foi o terceiro método de trabalho do Serviço Social, surgindo no Brasil em decorrência do movimento provocado por organizações internacionais e de uma política nacional.

A preocupação do Serviço Social brasileiro com o Desenvolvimento de Comunidade atrela-se a um movimento de âmbito internacional, deflagrado oficialmente pelas Nações Unidas e referendado por inúmeros organismos interessados na expansão da ideologia e do modo de produção capitalista. O Desenvolvimento de Comunidade centraliza na obra social, onde a comunidade deve estar ciente que os instrumentos para o seu desenvolvimento residem nela e, por conseguinte, que as razões do seu atraso também se explicam a partir dela mesma.

No desenvolvimento comunitário, a intervenção do Assistente Social seria fundamental. Diante do exposto o Serviço Social experimentou uma etapa de revalorização, que lhe atribuiu novas responsabilidades e lhe conferiu uma posição melhor no interior das administrações públicas que, também elas, viviam um processo de modernização.

IAMAMOTO (2004) diz que para compreender a metodologia do Serviço Social, não se deve percebê-la de modo separada da sociedade, pois ela diz respeito ao modo de ler, de interpretar, de se relacionar com a realidade social. Isso explica a atenção que o Serviço Social deu ao fazer e a formação profissional para atuar nas instituições remodeladas do regime militar.

Na década de 1950, com a modernização do Estado, ocorreram transformações econômicas, as instituições de assistência social passam a serem instrumentos de veículos de políticas sociais voltada para os trabalhadores. A questão social passa a ser tratada neste momento como caso de polícia, o governo passa a ter como objetivo a eliminação da pobreza e a mudanças no sistema de educação com o intuito de estimular grandes setores da economia desde que estivessem sobre o domínio das classes burguesas.

Ressalta-se que em 1954, após a crise política que desestabilizou o governo Vargas e, que a partir de pressões de grupos opositores, fez com que o governo recuasse, culminando no suicídio de Getúlio Vargas após 15 anos de governo.

O Serviço Social passa a ser de grande relevância, para solucionar os conflitos entre classes, que ainda possuíam traços conservadores. Ao mesmo tempo em que é reforçada a industrialização, frente ao governo de Juscelino Kubitschek no período de 1956 a 1961, o mercado se expande sob o comando do sistema capitalista e do Estado, modificando o cenário da atuação dos Assistentes Sociais, ampliando o mercado de trabalho dos mesmos, ampliando a participação da mulher na sociedade, no mercado de trabalho, na educação superior e na política, fazendo surgir questionamentos acerca do tradicionalismo e o conservadorismo que assolam a profissão e aumentando a necessidade de um profissional Assistente Social com conhecimentos teórico-metodológico e técnico.

1.2 O processo de construção e desenvolvimento do serviço social na perspectiva dialética.

A partir da década de 60, o Serviço Social avança na perspectiva do rompimento com suas raízes conservadoras, o chamado Movimento de Reconceituação Profissional, que representou uma tomada de consciência crítica e política dos Assistentes Sociais em toda a América Latina. Desta forma, RIBAS afirma que, “O Serviço Social tem o grande desafio de superar as práticas conservadoras que imprimam a identidade assistencialista à profissão por muitas décadas” (RIBAS, 2009, p. 2.).

Os Conselhos Federal e Regionais de Assistentes Sociais (CFAS e CRAS), criados em 1962, acabaram incorporando a ideologia da autocracia burguesa, sob hegemonia do projeto modernizador, cumprindo o papel atribuído pelo Estado.

Há que se considerar que o país estava vivendo um regime militar tendo início no ano de 1964, caracterizando-se pela falta de democracia, suspensão dos direitos constitucionais, censura, concentração de renda, pensamentos capitalistas, perseguição política e repressão a todos que eram contra o regime militar. Esse período conhecido como ditadura militar marcou profundamente o Serviço Social brasileiro.

Para compreendermos melhor o cenário no qual o Brasil estava vivendo é necessário pontuarmos sobre o golpe de 1º abril de 1964, quando o então Presidente João Goulart apresentou um projeto de reformas econômicas e sociais, não sendo aceito pelos conservadores capitalistas, pois temiam que o país vivenciasse um regime socialista, sendo assim, tramaram um golpe militar objetivando a derrubada do presidente João Goulart, a partir daí, teve a suspensão das eleições para presidente e outros cargos, como também assim os direitos individuais, se instaurando um longo período da ditadura militar.

Após o "golpe de 1º de abril", muitos Assistentes Sociais foram vítimas de perseguição política, e também as agências de formação sofreram coerções, diversos Assistentes Sociais e estudantes de Serviço Social lutaram contra o regime militar e, foram alvos da repressão. Segundo NETTO,

Não por acaso, muitos dos protagonistas da Reconceituação experimentaram o cárcere, a tortura, a clandestinidade, o exílio e alguns engrossaram as listas de 'desaparecidos' nas ditaduras. (NETTO, 2007, p. 76).

Com a instauração do regime político ditatorial, os movimentos políticos que se desenvolveram durante o período populista foram desmobilizados, dando uma outra direção para suas lutas. Alguns profissionais Assistentes Sociais atuavam junto a estes movimentos, no propósito de construir uma relação explícita do Serviço Social

com os interesses dos setores populares. Com o golpe militar, este trabalho é interrompido, restando apenas a execução das políticas sociais e dos programas de Desenvolvimento de Comunidade, no sentido de eliminar os obstáculos da resistência cultural às inovações do crescimento econômico (SILVA, 2011.p, 49).

Diante desse contexto, a atuação profissional se manifesta em três frentes sendo que, na primeira se tem a atuação junto ao Estado, que respondia à questão social de forma coercitiva, tecnocrática, meritocrática e, conforme demanda econômica do capital, na segunda é nas multinacionais que demandavam profissionais com aparato burocrático para intervirem diretamente na relação capital X trabalho, diante das manifestações dos trabalhadores, e na terceira é na filantropia privada, que teve um significativo crescimento frente a “questão social”, em virtude do processo de crescimento da população urbana.

A vertente profissional crítica, que emergiu entre os anos 1961 e 1964, foi intimidada pela repressão, mas, nesse mesmo contexto, a profissão foi reforçada pela expansão do mercado de trabalho e pelo debate gerado na categoria sobre questões relacionadas à teoria e ao método do Serviço Social. NETTO afirma que:

Nada é mais falso do que imaginar que o nosso corpo profissional (nele incluídos, naturalmente, docentes e discentes) foi um coletivo de perseguidos ou um corajoso destacamento da resistência democrática. (NETTO, 2009,p 29).

Com o processo de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, observa-se uma análise crítica da profissão em sua totalidade, e a intenção de desvincular-se com o metodologismo e a dicotomia entre teoria e prática que descreviam o Serviço Social conservador de origem norte-americana. Surgem questionamentos sobre objeto, objetivo, ideologia e método.

Segundo IAMAMOTTO (2007)

O Serviço Social latino americano é sensibilizado pelos desafios da prática social. Sua resposta mais significativa se consubstancia na mais ampla revisão já ocorrida na trajetória dessa profissão, que tem aproximadamente em seis décadas de existência. Essa resposta é o Movimento de Reconceituação. Esse se perfilou, desde o seu nascedouro, como um movimento de denúncia – de autocrítica e de

questionamento societário que tinha como contra face um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos. (IAMAMOTTO, 2007, p.207).

No início da década de 60, no ano de 1961 foi realizado o II Congresso Brasileiro de Serviço Social no Rio de Janeiro, onde os profissionais de Serviço Social buscam instrumentos e referências capazes de responder as demandas do momento.

Entre 1964 e 1968, o Serviço Social latino-americano se uniu através do Movimento de Reconceituação, composto por profissionais inteirados de suas limitações teórico-instrumentais e político-ideológicas, sendo que esse movimento expressou a crítica ao Serviço Social tradicional.

NETTO afirma que:

Compunham este movimento dois grandes segmentos: um que apostava na modernização do Serviço Social a fim de torná-lo compatível às demandas macrossocietárias; e outro que defendia a total ruptura com o passado da profissão e a vinculação aos projetos de superação das estruturas sociais de exploração e dominação (NETTO, 2007.p, 75).

Embora o país vivenciasse na década de 60 um cenário ditatorial, nos anos de 1968 a 1973 presenciou-se o então chamado “milagre econômico”⁶, onde a política social aderiu ao sistema produtivo, com o objetivo de corrigir distorções entre produção e consumo, atingindo maiores índices no crescimento econômico, tendo em vista, que o desenvolvimento social seria consequência do crescimento econômico. Partindo desse pressuposto, “a prestação de serviços sociais (educação, saúde, habitação, assistência etc.) passa a contribuir para a reprodução e maior produtividade da força de trabalho” (SILVA, 2011.p, 51).

A política social deste período ficou conhecida pela extrema centralização política financeira no nível federal, pela fragmentação institucional, na

⁶ um intenso crescimento da acumulação capitalista beneficiado por altíssimas taxas de lucros resultantes da compressão dos salários dos trabalhadores, de maneira tão exagerada, que chegou a ameaçar a continuidade do processo de crescimento. (LEÃO, 2009, p. 43)

operacionalização da política pela supressão da participação popular nas decisões políticas, pelo uso clientelístico dos recursos, pela distribuição de benefícios, pelo autofinanciamento do investimento social e pela privatização de setores rentáveis, como educação, saúde e habitação.

Ficando então os profissionais Assistentes Sociais responsáveis diretamente pela operacionalização da política social, abrindo também o espaço sócioocupacional das empresas para os Assistentes Sociais. Mas de acordo com Netto:

Cabe salientar que o espaço empresarial não se abre ao Serviço Social apenas em razão do crescimento industrial, mas determinado também pelo pano de fundo sociopolítico em que ele ocorre e que instaura necessidades peculiares de vigilância e controle da força de trabalho no território da produção. (NETTO, 2010, p. 122).

Parafraseando Netto, “a segunda metade dos anos 1960 marca, na maioria dos países em que o Serviço Social já se institucionalizara como profissão, uma conjuntura de profunda erosão das suas práticas tradicionais”.(NETTO,2004).

O marco inicial da Reconceituação neste cenário foi o I Seminário Regional Latino Americano de Serviço Social⁷, em 1965, o mesmo tratou-se de um movimento de grande importância para a profissão. Nesse contexto, os profissionais Assistentes Sociais se sentem inquietos e decididos a cooperar com a renovação, indagando sobre o papel da profissão diante da questão social.

A partir das indagações realizadas pelos profissionais Assistentes Sociais surge então a necessidade de seminários para a formulação da perspectiva modernizadora, desta forma, em março de 1967 foi realizado o Seminário de AraxáMG, que discutia a teorização do Serviço Social e os níveis de micro atuação e macro atuação do Serviço Social.

⁷ O I Seminário Regional Latino Americano de Serviço Social, foi realizado em maio de 1965 em Porto Alegre, com a presença de 415 participantes do Brasil, Uruguai e Argentina. O Movimento, estimulado posteriormente pelo instituto de solidariedade internacional (Agencia da Democracia Cristã Germânica) desenvolveu-se com tal até meados da década de 1970 quando, dadas as ditaduras implantadas no cone sul faltaram-lhe condições políticas para prosseguir. Deve-se lembrar, contemporânea a Reconceituação, a fundação, em 1965, da Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAESTSS).

Este seminário contou com a participação de Assistentes Sociais, que elaboraram o “documento de Araxá”, pautado na qualificação teórico-metodológica, onde o Serviço Social era visto como uma prática institucionalizada, interventiva que trabalha junto ao indivíduo com “desajustamento” familiar e social, sob uma perspectiva preventiva, corretiva e promocional. Ele vem direcionar a profissão em um nível ampliado de atuação, onde o profissional deveria fazer a programação, formulação de metodologias e estratégias de ação, planejar e implementar a política social.

Partindo da ideia de NETTO (2004), tal proposta traz a afirmativa de que os profissionais de Serviço Social não podem permanecer meros executores das políticas sociais nem, fixar-se nos circuitos tradicionais da ajuda psicossocial.

De acordo com esse documento existia uma preocupação no que se referia ao “moderno” e o “tradicional”, sendo que, foi apresentado o Serviço Social tradicional com uma nova face, a fim de fixar-se no processo, existindo uma tomada do tradicional sobre novas bases. Esse Seminário tinha como finalidade romper com a atuação de Caso, Grupo e Comunidade, introduzindo novos métodos e processos tais como o de planejamento e administração.

No ano de 1970, foi elaborado por 33 profissionais o documento de Teresópolis, sendo um estudo que trouxe para a discussão a metodologia do Serviço Social, no qual se pensou a prática e sua interlocução com a teoria. Para NETTO, (2008 p. 178) “O Documento de Teresópolis é um dado relevante, onde a perspectiva modernizadora se afirma não apenas como concepção profissional geral, sobre tudo como pauta interventiva”.

O documento de Teresópolis é mais que uma continuidade do documento de Araxá, pois o “moderno” é operacionalizado através de uma instrumentação da programática desenvolvimentista afirmado em Araxá.

Como afirma NETTO “Introdução às questões de metodologia. Teoria diagnóstica e da intervenção em serviço Social é uma espécie de nota dissonante

tanto em relação em confronto com as elaborações de Araxá e com as que emergiram em Teresópolis”. (NETTO 2008 p.179).

É necessário pontuar que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social surge no interior das academias, tendo como protagonizadores estudantes militantes, docentes e profissionais Assistentes Sociais, tendo a partir daí o aumento da participação política dos profissionais Assistentes Sociais nos movimentos sociais, sindicalistas e partidários, mas foi desfeito pelas ditaduras burguesas e por divergências no próprio grupo dos profissionais.

SILVA & SILVA destaca,

O Movimento de Reconceituação se cria e se desenvolve a partir da identificação político-ideológica da profissão pelo capital e da negação de uma prática conservadora do Serviço Social, afirmando um compromisso político com a classe subalterna. (SILVA e SILVA, 1995, p. 86 (apud MOTA1987, p. 15-16).

No Brasil as condições históricas e políticas em que tal movimento ocorreu, trouxe elementos diversos dos traçados em outros países. Assim sendo, hoje existem docentes que encaminham seus projetos conservadores e profissionais com práticas atreladas à tendência de renovação do conservadorismo; portanto, o projeto ético-político-profissional hegemônico fundamenta-se na teoria marxiana e marxista, se materializando no código de ética profissional (1993) que norteia o pensar e o fazer profissional da (o) Assistente Social. Como é afirmado por FARIAS:

[...] defender e estimular a construção do conhecimento no Serviço Social foi um dos legados centrais desse Movimento de Reconceituação, que não se limitou a defesa do domínio das técnicas científicas na perspectiva positivista, mas referiu – se a articulação e a fundamentação teórico – metodológica de inspiração marxista. (FARIAS, 2003, p. 55).

Entre os anos de 1972 e 1975, surgiu na Escola de Serviço Social da Universidade de Minas Gerais, o Método de BH, fruto do projeto de ruptura no interior

da autocracia burguesa⁸ criado por um grupo de jovens que exerciam a profissão onde defendiam uma linha de renovação para o Serviço Social. Tendo como característica a vinculação com a universidade, onde dava a base teórica para que se rompesse com o tradicionalismo, mas foi interrompida no ano de 1975. Segundo NETTO, o método BH configurou-se para,

[...] além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suporte acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social. (NETTO, 2005, p.276).

O método de BH, resultante do trabalho dos jovens profissionais tornou-se o traço mais visível do projeto de ruptura do Serviço Social brasileiro, onde se formula uma proposta profissional alternativa de intervenção as tradicionais práticas, direcionando ao Serviço Social uma abordagem coletiva, mobilizadora, possibilitando a organização social nas reivindicações das necessidades da classe trabalhadora.

Em 1978 realizou-se no Estado do Rio de Janeiro, o encontro de Sumaré e o do Alto da Boa Vista em 1984. O encontro de Sumaré trazia a mudança da perspectiva modernizadora como assunto central do debate e a disputa pelo espaço e hegemonia da categoria profissional como reflexão nos foros de discussão. O encontro tinha como enfoque discutir a construção do objeto do Serviço Social mediante ao angulo dialético, a partir das perspectivas da ciência e a dos modos de produção das formações sociais e das conjunturas políticas. O Documento de Sumaré resultou na busca de fundamentos, conhecimentos e teorias baseado em uma definição de homem e de mundo e na formulação de novas metodologias que pudesse instrumentalizar uma ação coerente com um novo posicionamento.

Em 1979 é realizado o III Congresso Brasileiro de Serviço Social em São Paulo, e como afirma BARROCO (2001), é neste período que alguns profissionais do Serviço

⁸ Neutralização dos protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado; corte dos suportes que poderiam dar um encaminhamento crítico e progressista à crise em andamento no Serviço Social tradicional; por outro lado, precipitou esta mesma crise. (NETTO, 1991)

Social começaram a optar pela participação política e cívica e a recusar a ordem burguesa. Com isso há uma aproximação com o marxismo e com as classes populares.

De acordo com TEIXEIRA E BRAZ,

Este congresso virou uma página na história do Serviço Social ao se destituir a mesa de abertura que compunha os nomes oficiais da ditadura, substituindo-a por nomes do movimento dos trabalhadores. Este congresso ficou conhecido como o “Congresso da Virada”. (TEIXEIRA e BRAZ, 2009, p. 12).

No que diz respeito ao “Congresso da Virada”, a partir do que foi discutido e relembando a importância de se sustentar estes pensamentos, nota-se há a necessidade da materialização do então Projeto Ético-Político no cotidiano do profissional. BOSCHETTI, atenta para os reflexos do Congresso da Virada e do processo de ruptura, do conservadorismo na contemporaneidade:

No tempo presente, mais que nunca devemos rememorar e reafirmar o significado do “Congresso da Virada” no processo de construção do nosso Projeto Ético - Político, pois, o esquecimento é fermento para o imobilismo e a recusa da história como processo e movimento. (BOSCHETTI, 2009, p.145).

Com a intenção de ruptura do serviço social surge o propósito de romper com suas origens teórico-metodológicos do pensamento conservador e positivista e com os padrões interventivos e reformistas. Mas, a ditadura isolou esta vertente até a segunda metade da década de 70. Tomando força novamente no início da década de 80, com uma perspectiva direcionada para o pensamento politizado da profissão. Muitos profissionais aderiram a esta nova vertente, tornando-a hegemônica.

A ruptura com o conservadorismo sinalizou a atuação dos Assistentes Sociais durante o período ditatorial, fazendo surgir no Brasil o projeto modernizador da profissão. Essa discussão só ganhou força após 1985, com o fim do regime militar.

Citando BARROCO (2001), a vertente de ruptura com o tradicionalismo da profissão evidencia-se com o Projeto de Formação Profissional da Associação

Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), em seguida renomeada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e por último, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 1982 e o Código de Ética Profissional em 1986. Este Código expressou uma concepção ética mecanicista, já que ressalta o compromisso profissional, mas não estabelece mediação de valores ética.

Em meados da década de 80 houve um amadurecimento do debate profissional sobre política social. TEIXEIRA (2009) enfatiza que é neste período que se afirmam os avanços teóricos do Serviço Social, intensificando a sua organização política, e a reformulação e atualização de seus estatutos legais na Lei de Regulamentação Profissional, criando posteriormente o Código de Ética de 1993.

BARROCO (2001) afirma que, o Código de Ética de 1993 remete a construção de um projeto profissional vinculado a um projeto social democrático comprometido com os interesses da classe trabalhadora. O Código ainda traz em seu bojo um aspecto de suma importância para o coletivo profissional e para a população usuária.

Esse processo transforma-se em um novo projeto ético – político profissional, vinculado a um projeto societário, propondo uma nova ordem na sociedade, voltado à equidade e a justiça social, com base na universalização dos acessos aos bens e serviços relativos às políticas sociais. Neste contexto a profissão busca o compromisso com a classe trabalhadora, com um aprimoramento intelectual, pautado na qualificação acadêmica e arraigada na concepção teórico-metodológicas crítica e sólida.

O Movimento de Reconceituação embasou a construção de um novo projeto societário, no que diz respeito à revisão da ação profissional e de sua formação, como na forma de entender a profissão e sua projeção social. A partir daí é formulado o esboço do Projeto Ético – Político, pensado com base na realidade do país, por Assistentes Sociais brasileiros, com engajamento político, estabelecendo um novo norte profissional, tendo como ponto de partida as características do Movimento de Reconceituação no Brasil. Sobre esse aspecto, COELHO esclarece:

A quebra com um fazer profissional voltado para uma única direção – o ajustamento do indivíduo a estrutura societal -, faz emergir entre os assistentes sociais indagações relativas ao significado da própria profissão, instaura – se o pluralismo teórico – metodológico, e aflora o caráter ambíguo que cerca a profissão. Sobressaem no âmbito dessas indagações e inquietações na agenda do debate profissional, proposições que buscam compreender as questões vinculadas aos fundamentos teórico - metodológicos e éticos políticos: a questão da identidade profissional e da metodologia do Serviço Social. (COELHO, 2007, p.51).

A construção do projeto Ético - Político reuniu Assistentes Sociais de todos os segmentos e materializou-se no Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 13/03/1993, na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei 8.662 de 7/06/1993) e na proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social (8/11/1996). Confirma GUERRA que,

A década de 1990 confere maturidade teórica ao Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social brasileiro que, no legado marxiano e na tradição marxista, apresenta sua referência teórica hegemônica. Enfeixa um conjunto de leis e de regulamentações que dão sustentabilidade institucional, legal, ao projeto de profissão nos marcos do processo de ruptura com o conservadorismo: a) o Novo Código de Ética Profissional de 1993; b) a nova Lei de Regulamentação da Profissão em 1993; c) as Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social em 1996; d) as legislações sociais que referenciam o exercício profissional e vinculam-se à garantia de direitos como: o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas de 1993, a Lei Orgânica da Saúde em 1990. (GUERRA, 2007, p.37).

Deste modo, é importante ressaltar que o Projeto Ético – Político é fruto das reflexões do Movimento de Reconceituação e do Congresso da Virada que resultam no panorama profissional que vivemos, mas que não previam a extensão da precarização e pauperização das relações sociais que ocasionam num crescimento de cursos de Serviço Social. A discussão acerca do Projeto Ético – Político sendo algo extremamente necessário de se questionar ao que diz respeito a formulação e a regulação profissional.

Diante das considerações apresentadas, entende-se a dialética, como um método crítico, que na contemporaneidade, continua se atualizando, podendo realizar

abstrações suficientes e contributivas ao exame das possibilidades prospectivas de trabalhos acadêmicos e para análises de políticas sociais.

Sendo assim, a ideia de intenção de ruptura com as práticas tradicionais, surgiram dos profissionais Assistentes Sociais que optaram politicamente por trabalhar em prol daqueles que se encontravam em situação de exploração e subalternidade, partindo do pressuposto de que o objeto de trabalho dos Assistentes Sociais é a questão social, resultantes do embate entre capital X trabalho, sendo manifestada em suas múltiplas expressões.

NETTO (2004) ressalta que os profissionais alcançaram um patamar palpável na superação do tradicionalismo da profissão já que, não pensavam criticamente as propostas do Serviço Social, mas sim, procuraram pensar criticamente a própria instituição Serviço Social. A intenção de ruptura passou a não ser apenas um vetor do processo de renovação do Serviço Social, evidencia-se um potencial criativo, instigante e produtivo na categoria.

1.3. A instrumentalidade do Serviço Social: As mediações da prática profissional.

A instrumentalidade caracteriza a profissão, dando a ela características próprias que a distinguem das outras, caracteriza-se também como sendo a “capacidade constitutiva da profissão”. Dessa forma ela não pode ser entendida apenas como um conjunto de técnicas e modelos capazes de operacionalizar a profissão.

É a partir da intenção de ruptura com o conservadorismo, tendo como base o método crítico dialético, que os profissionais veem a necessidade de compreensão e resgate da dimensão emancipatória da instrumentalidade do exercício profissional e a ligação destes, aos interesses da classe operária, tornando o Assistente Social, “ademais de um agente técnico especializado, (...) um protagonista voltado para o conhecimento dos seus papéis sócio-político e profissional, envolvendo exigências teóricas mais rigorosas” (NETTO, 1991,p.302.).

A instrumentalidade na perspectiva de YOLANDA GUERRA é compreendida como o modo de ser que caracteriza o fazer profissional que é moldado a partir das relações sociais que são estabelecidas no bojo das condições objetivas e subjetivas em que se desenvolve o exercício profissional. É, na medida em que, possibilita o alcance dos objetivos a que se propõe, a profissão constitui-se como “[...] condição concreta de reconhecimento social da profissão” (GUERRA, 200, p. 2).

Na medida em que se compreende que a instrumentalidade diz respeito a uma capacidade que se constitui a partir do exercício profissional, é possível perceber que é essa capacidade que possibilita que o profissional transforme as condições objetivas de trabalho que lhe são postas em instrumentos e meios que lhe possibilitem o alcance dos objetivos do seu trabalho.

A instrumentalidade é a categoria reflexiva, capaz de indicar os diversos meios de inclusão dos profissionais Assistentes Sociais nos espaços sócio ocupacionais e as atribuições e exigências profissionais, de modo a esclarecer o concreto particularizado das maneiras de execução da profissão, ou as “mediações particularidades que conferem existência real” (LESSA, 1995, p.119) a profissão na contextualização e espaços sócio – históricos determinados.

GUERRA afirma que:

A instrumentalidade do Serviço Social como mediação é o espaço para se pensar nos valores subjacentes às ações, no nível e na direção das respostas que estamos dando e pelas quais a profissão é reconhecida ou questionada socialmente. (GUERRA, 2000, p.30).

Entende-se que a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que o Serviço Social enquanto profissão vai adquirindo na medida em que concretiza seus objetivos. A mesma possibilita que os Assistentes Sociais objetivem sua intencionalidade em resposta às demandas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os Assistentes Sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano.

Nessa conjuntura GUERRA (2011) analisa a instrumentalidade como sendo condição de reconhecimento social da profissão, pois ela se dá no cotidiano do trabalho do Assistente Social por meio da capacidade de criação, adaptação e transformação das condições objetivas e subjetivas do fazer profissional. (GUERRA 2011. p, 43).

O instrumento é transformado a partir da conversão de algo natural para algo útil, configurando para YOLANDA GUERRA (2007) um processo teleológico, pois, existe a necessidade de “conhecimento correto das propriedades do objeto”. (GUERRA 2007.p, 53).

Na medida em que os profissionais utilizam, criam e adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho.

Parafraseando GUERRA (1995), a instrumentalidade é uma condição á reprodução da espécie humana; é o momento necessário na relação homem natureza, em resposta aos carecimentos materiais e espirituais. Sendo assim, o trabalho tem uma instrumentalidade.

Somente com o entendimento que a instrumentalidade perpassa pelo processo sócio histórico, sendo construído e reconstruído, que podemos entender a instrumentalidade da profissão de Serviço Social e do exercício profissional.

A relevância do debate da instrumentalidade no Serviço Social pode ser explicada sob distintas análises, dependendo das especificidades das áreas onde atua o Assistente Social. Contudo, entendemos que o uso de instrumentos e técnicas do qual o Serviço Social se apropria, merece uma atenção especial balizada pela perspectiva da totalidade sobre o fenômeno em questão, à luz de uma perspectiva crítico dialética.

A instrumentalidade é essencial no processo de trabalho, no que diz respeito à transição da preparação do objeto para a ação, propriamente dita sendo que a partir dessa transição possibilita passar das abstrações da vontade para a concreção dos objetivos.

A obtenção dos resultados exige condições, cuja adaptação ou criação dependem da atuação instrumental. É nesse sentido que, como meios e fins do fazer profissional, a categoria tem que trazer o que dá razão substantiva ainda não foi alcançado: a emancipação capaz de resguardar o que foi conquistado no decorrer do processo sócio histórico dos sujeitos e os valores sociocêntricos.

A profissão do Serviço Social saía da década de 1980 do século XX, considerada o seu período de “maioridade intelectual”⁹ (NETTO,1991, p.275) com produções bastante frutíferas em termos de avanços críticos demarcados pela importância das discussões, desencadeadas a partir de 1982 sobre a prática de Serviço Social enquanto uma das especializações na divisão social e técnica do trabalho.

No debate da instrumentalidade dentro da profissão, a década de 1990 do século XX representa o período que concentra as principais produções acerca da temática postas a público. E, neste debate foi empreendido um esforço de análise e de respostas dos agentes profissionais que estudaram e traduziram para o conjunto da categoria, o papel e o lugar dos instrumentos e técnicas do Serviço Social.

Santos (2010) mostra que a corrente de autores hegemônicos do Serviço Social considera que, para haver competência profissional no Serviço Social faz-se necessária a capacitação teórico-metodológica, ético-política e também, técnicooperativa do sujeito estudante-profissional, consenso que a autora considera como um avanço, uma vez que se instituiu enquanto uma formação acadêmico

⁹ Maturidade intelectual é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento. (Kant, 2005, p. 100.).

profissional, que visa superar a herança moralista cristã e tecnicista que ainda permeia tacitamente a profissão.

A dimensão teórico-metodológica refere-se à capacidade de apreensão do método, das teorias e da relação que faz com a prática; exige um profissional atento a realidade social, política, econômica e cultural em que trabalha, e que seja capaz de apreender a dinâmica e a essência da sociedade para além dos fenômenos aparentes, com o intuito de construir suas possibilidades de intervenção através de estudos mais abrangentes, com embasamentos teóricos, criando formas efetivas de transformar a realidade dos usuários, respeitando suas especificidades.

É necessário que o Serviço Social sustente uma matriz teórico-metodológica, viabilizando uma leitura crítica da realidade social, fornecendo subsídios e parâmetros para uma intervenção, sendo de grande relevância estar nítido a definição do teórico-metodológico e as estratégias técnicas e, procedimentos da intervenção profissional.

A dimensão teórico-metodológica trata-se de um modo de ler, interpretar, relacionar com o ser social, na tentativa de explicar a sociedade e aos fenômenos particulares constituintes.

De acordo com o documento da ABESS/CEDEPSS,

[...] a capacidade teórico-metodológica é que permite uma apreensão do processo social como totalidade, reproduzindo o movimento do real em suas manifestações universais, particulares e singulares em seus componentes de objetividade, em suas dimensões econômicas, políticas, éticas, ideológicas e culturais, fundamentado em categorias que emanam da adoção de uma teoria social crítica (ABESS/CEDEPSS,1996,p.152).

Percebe-se que o método dialético permite ao profissional Assistente Social, apreender na dinâmica social, o processo de construção da demanda em suas singularidades.

O Serviço Social surge historicamente como uma profissão interventiva, voltada para a promoção de mudanças no cotidiano da vida social, obtendo então uma visão prática (técnico - operativa), objeto de estudo da profissão.

Com base no citado acima abordamos a dimensão técnico – operativa que tem como objetivo conhecer e apropriar se do conjunto de habilidades técnicas para atendimento da população usuária e exigências das instituições contratantes, garantindo uma boa qualidade do serviço no qual atuará como um mediador de tensões.

Na dimensão técnico-operativa sua especificidade é a mais aproximada da prática profissional, expressando e contendo as demais dimensões, pois as ações expressam as concepções teórico-metodológica e ético-política do profissional. Sendo assim, a dimensão técnico-operativa envolve um conjunto de estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras da ação, efetivando o trabalho profissional, expressando uma teoria, método, posição política e ética. A dimensão técnicooperativa contém: existência de objetivos; busca pela efetivação desses objetivos; e existência de condições objetivas e subjetivas para a efetivação da finalidade.

Para GUERRA (2012), a dimensão técnico-operativa se constitui no modo de aparecer da profissão, pela qual ela é conhecida e reconhecida. Responde às questões: Para que fazer? Para quem fazer? Quando e onde fazer? O que fazer? Como fazer?. Considera também sendo a razão de ser da profissão, remetendo as competências instrumentais por onde a profissão é reconhecida e legitimada.

Desta forma, essa dimensão técnico-operativa não pode ser considerada de maneira autônoma, pois carrega em si as demais dimensões. Igualmente, não pode ser considerada neutra, pois possui caráter ético-político sustentado em fundamentos teóricos.

Nas palavras de TRINDADE (2000) “o conteúdo do instrumental técnico operativo depende da análise da realidade, a qual fundamenta a

intencionalidade/direção social empreendida à ação, pelos sujeitos profissionais”. Assim, observa-se relação, sendo que a partir dessa articulação entre as dimensões da intervenção profissional que é possível materializar em ações, as concepções teórico-metodológica e ético-política que orientam o profissional.

A dimensão ético-política é referente à capacidade de analisar a sociedade e se posicionar politicamente frente às contradições de uma realidade social, além de ter consciência da direção social que irá imprimir em sua intervenção. A dimensão ético-política tem início no período de 1979 á 1985, momento esse que acontecia o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na perspectiva de intenção de ruptura com o conservadorismo. Nos primeiros momentos, a discussão sobre a dimensão ética - política provocou alguns equívocos na interpretação, que se refletiram na intervenção.

Com o Movimento de Reconceituação na década de 1960, a visão teórica e política do Serviço Social passam por mudanças. Havendo a idealização de uma nova moralidade profissional ligada à participação política em oposição ao tradicionalismo, direcionando para uma nova ética profissional.

Havia uma busca dos profissionais do Serviço Social por referências teóricometodológicas que servissem de base a uma nova proposta de profissão, que se afastava do tradicionalismo e do conservadorismo, se aproximando de forma equivocada com o marxismo. E, na década de 1970 as formas de incorporação desta corrente adquirem condições de ser reavaliadas. Nesta época é construída uma crítica ao voluntarismo, ao messianismo, ao revolucionarismo.

Neste período de reabertura política brasileira que a direção social dos órgãos de representação da categoria de Assistentes Sociais, até então conservadora em sua hegemonia, é alterada. A partir deste marco BARROCO (2008) afirma que:

No contexto da reorganização política da sociedade civil, em defesa da democratização e da ampliação dos direitos civis e sócio - políticos, os valores ético - políticos inscritos no projeto profissional de ruptura adquirem materialidade, o que evidencia na organização política da categoria, na explicitação de ruptura com o tradicionalismo profissional

e no amadurecimento da reflexão de bases marxistas. (BARROCO, 2008, p.168).

Os Assistentes Sociais brasileiros em “feedback” a histórica social, pautando se em propósitos, objetivos, valores e princípios com a linha ética e política profissional, dispõe de um compromisso com a classe trabalhadora e os processos emancipatórios na concepção de uma sociedade igualitária. O projeto ético - político do Serviço Social determina o exercício e a formação profissional, surgindo de um processo histórico de idealização coletiva, sob a direção das entidades nacionais da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO), porém seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos.

O debate acerca do projeto profissional do Serviço Social nos anos de 70 aos 80 traz a primeira condição para a construção deste novo projeto, que viabilizou a recusa e a crítica ao conservadorismo¹⁰ profissional.

Pode-se chegar a algumas conclusões acerca do projeto profissional do Serviço Social, definido por Netto da seguinte forma:

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético - político do Serviço Social] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, p rivadas e públicas [...]. (NETTO, 1999, p. 95).

Na transição dos anos 80 aos 90, o projeto ético- político do Serviço Social no Brasil se caracteriza em sua estrutura básica, onde o mesmo é um seguimento contínuo de desdobramento. A manutenção dos seus eixos fundamentais pode ser

¹⁰ O conservadorismo ou conservantismo é um termo usado para descrever posições políticofilosóficas, alinhadas com o tradicionalismo e a transformação gradual, que em geral se contrapõem a mudanças abruptas (cuja expressão máxima é o conceito de revolução) de determinado marco econômico e político-institucional ou no sistema de crenças, usos e costumes de uma sociedade. (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Conservadorismo>).

detectada nas discussões acerca da formação profissional, constituídas com as transformações advindas da vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN (Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996): as orientações propostas por representantes do corpo profissional (cf. ABEPSS, 1997 E 1998) reafirmam a direção da formação nos termos do projeto ético – político.

De acordo com NETTO,

os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam as seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários dos seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).(NETTO, 1999, p. 95.).

Este projeto de profissão e sociedade é explicitado no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996.

As três dimensões são analisadas como uma superação de desafios do Serviço Social no mundo contemporâneo, requisitando do profissional Assistente Social ter um domínio de cada uma delas, estando ciente que elas não podem ser separadas, pois isso acarretaria em uma fragmentação, logo retornaríamos a erros cometidos no passado histórico do Serviço Social.

As dimensões tratam de uma articulação entre teoria e prática, investigação e intervenção, pesquisa e ação, ciência e técnica.

Com base na discussão acima, entende-se que é a partir da instrumentalidade do Serviço Social que os elementos críticos e progressistas da cultura profissional são apurados, distinguidos, edificados e reedificados, e deles depende a restauração da unidade entre meios e fins e o cuidado com os valores democráticos do movimento socialista.

É a categoria que admite colocar o acervo técnico operativo no seu devido lugar, admitindo também a ultrapassagem do imediato, permitindo o estabelecimento de vínculos entre o imediato e o mediato, permitindo então o vínculo com o projeto ético político profissional.

CAPITULO II - A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO DA PRÁTICA PROFISSIONAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

2.1 A arquitetura da Política de Assistência Social no Brasil contemporâneo: O SUAS em questão.

A década de 80 marcou o Brasil por suas inúmeras lutas e movimentos sociais, em busca de um reordenamento do Estado nas políticas sociais que correspondesse às necessidades da sociedade, neste contexto foram implantadas medidas de política econômica e social, em resposta as reivindicações postas pela sociedade civil.

No ano de 1988 é reformulada a nova Constituição Federal, que trazia mudanças significativas no que diz respeito à proteção social no Brasil. No Artigo 194 da Carta Maior a Seguridade Social é apresentada como:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento;
- VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.
- VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

As mudanças trazidas com a nova Constituição abrigam artigos que são dedicados aos temas e aos princípios, ao direito e às organizações do estado e dos poderes, a sua defesa e das instituições, a tributação e ao orçamento, a ordem econômica, financeira e social. Entre as mudanças também se destacam:

[...] a ampliação e extensão dos direitos sociais; a concepção de seguridade social como forma mais abrangente de proteção; um certo afrouxamento do vínculo contributivo como princípio estruturante do sistema; a universalização do acesso e a expansão da cobertura; a recuperação e redefinição de patamares mínimos dos valores dos benefícios sociais; maior comprometimento do Estado com o sistema, projetando um maior grau de provisão estatal pública de bens e serviços sociais (DRAIBE, p.7 2003).

A partir desse contexto, diante da questão social observa-se um aumento da cobertura para segmentos até então desprotegidos; o fim do tratamento diferenciado entre trabalhadores urbanos e rurais; a implantação da gestão descentralizada nas políticas de saúde e assistência; a participação dos setores interessados no processo decisório e no controle da execução das políticas; a definição de mecanismos de financiamento mais seguros e estáveis; e a garantia de um volume satisfatório de recursos para a efetivação das políticas contempladas pela proteção social, entre outros (MARQUES; MENDES, 2005).

A Constituição de 1988 foi nomeada como Constituição Cidadã, trazendo a proposta de descentralização política-administrativa e de participação da sociedade civil no controle social no que diz respeito à elaboração e execução das políticas públicas de cunho social.

A partir das transformações ocorridas com a constituição de 88, houve uma redefinição na seguridade social no Brasil, formando assim o tripé da seguridade social, sendo composto pela previdência (quem contribui), saúde (para todos), e assistência social (a quem dela necessitar), marcando o início da política de Assistência Social. Como define na Constituição Federal de 1988:

“A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência Social e à Assistência Social (art.194, CF)”.

Os princípios e objetivos da Seguridade Social são: universalidade de cobertura; atendimento; equidade, uniformidade e equivalência urbanas e rurais; seletividade e distributividade; irredutibilidade dos valores de benefícios; diversidade da base de financiamento; gestão democrática descentralizada e participativa. Quanto

ao financiamento, toda a sociedade direta ou indiretamente, juntamente com os recursos federais, estaduais e municipais, mas as contribuições sociais, empregadores, trabalhadores estão incluídos nesse processo.

Nos dizeres de Carneiro, a seguridade social representa:

um sistema protetivo estatal voltado ao atendimento das necessidades básicas do ser humano, e cuja ideia central é justamente a de propiciar aos indivíduos e suas famílias tranquilidade para que, na ocorrência de uma determinada contingência (e.g., invalidez, morte etc.), a qualidade de vida não seja significativamente diminuída. (CARNEIRO, 2010, p. 1).

Com base nessa reflexão, a Assistência Social como já apontado, corresponde a um dos eixos do tripé da seguridade social, onde apresenta os valores mais nobres de amparo ao ser humano em suas fragilidades, tendo como ponto de partida a valorização do princípio da dignidade da pessoa humana, sendo prestada independente de contribuições à seguridade social, tendo como objetivos o amparo a indivíduos e famílias em diversas situações de vulnerabilidade pessoal e social que impeça a manutenção própria das condições dignas de vida, tal como expressa a Constituição Federal de 1988:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (art.203, CF)”.

A partir do reconhecimento legal como parte da política de seguridade brasileira constante na Constituição Federal de 1988, seguido do representado pela aprovação

da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS¹¹, a Assistência Social vem vivenciado mudanças consideráveis.

Em 1993 foi promulgada a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, lei nº 8.742, que regulamenta a Constituição Federal e estabelece normas e critérios para a organização da Assistência Social, como direito, e este exige leis, normas e critérios objetivos. Esse arcabouço legal vem sendo aprimorado desde 2005, na perspectiva de construção de uma rede de promoção e proteção social.

A LOAS é considerada o divisor de águas no campo da Assistência Social no Brasil, sendo de responsabilidade das competências das esferas de governo, a condução e no financiamento da política, sendo detentora de impactos consideráveis a partir do momento que vem trazer uma nova matriz para a assistência social brasileira, tornando a mesma visível enquanto política pública e direito a quem dela necessitar. Assim o artigo 6º da LOAS vem ressaltar a importância para a política de Assistência Social:

art. 6º ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta lei, articulando meios, esforços e recursos, por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área. (LEI ORGANICA DA ASSISTENCIA SOCIAL, 1993).

A Lei nº. 8.742 de 7 de Dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social, define em seu art. 1º que:

a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é uma política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade civil, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (NUPASS, 2006).

¹¹ LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social Nº. 8742, de 07 de dez. de 1993).

Significa que o SUAS¹²., como um sistema público, não-contributivo, descentralizado e participativo é parte fundamental para fortalecer a articulação nos três níveis União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

art.11, afirma que a descentralização político-administrativa constitui uma das diretrizes que orientam as ações governamentais na área de assistência social. Tais diretrizes têm o objetivo de consolidar o modo de gestão compartilhada, o co-financiamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos de modo articulado e complementar. Ressalte-se, ainda, que a operacionalização e a gestão do Sistema conta com a implantação de instâncias de articulação, negociação, pactuação. Como instâncias de negociação e pactuação as Comissões Intergestores Bipartites - CIB's e a Comissão Intergestores Tripartite - CIT, objetivam a negociação dos aspectos operacionais da gestão do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social. Lei Orgânica de Assistência Social: LOAS,1993)

As pactuações no âmbito dessas comissões devem ser publicadas, inseridas nas redes articuladas de informações para a gestão da Assistência Social e encaminhadas pelo gestor, para apreciação e aprovação dos respectivos Conselhos de Assistência Social.

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS, vem organizar os serviços, programas e benefícios, sendo fruto de quase duas décadas de debates, colocando em prática os preceitos da Constituição de 1988 com relação ao tripé da seguridade social.

O SUAS é fruto da IV Conferência Nacional de Assistência Social - dez/2003, com importantes diretrizes definidas: Pensar coletivamente num modelo de gestão em que o pacto federativo fosse fortalecido; uma nova lógica de organização das ações, onde houvesse a definição de competências dos entes federados, por tipo de proteção a família e ao indivíduo; que tais proteções tivessem níveis de complexidade, com um

¹² SUAS (Sistema Único de Assistência Social) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. (Disponível em www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas).

olhar mais específico para o território, considerando regiões e portes dos municípios; forma de operacionalização da LOAS, que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a regulação, em todo o território nacional.

O SUAS integra uma política pactuada nacionalmente, obtendo então uma organização participativa e descentralizada da Assistência Social, com ações voltadas para o fortalecimento da família. Sua organização se dá a partir dos princípios da Matricialidade sócio familiar; Descentralização político-administrativa e Territorialização; Novas bases para relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento pelas três esferas de governo, com divisão de responsabilidades; Controle Social; Política de Recursos Humanos; Informação; Monitoramento e Avaliação.

As mudanças ocorridas na Assistência Social são materializadas na legalização do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, da atual Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e da sua gestão por meio do Sistema Único da Assistência Social - Sistema que já conta com a Norma Operacional Básica - NOB-SUAS¹³.

A aprovação da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), foi o marco oficial para a implantação do SUAS, essa aprovação ocorreu em 2005 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), onde ficou definido regras para a organização, operacionalização da Assistência Social e a transição do antigo para o novo modelo.

O SUAS define e organiza os fatores primordiais a execução da política de Assistência Social, com a normatização dos padrões dos serviços, a qualidade no atendimento, os indicadores de avaliação e resultado, a nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial, tendo como foco prioritário as famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização. SPOSATI faz a seguinte consideração sobre o SUAS:

¹³ Norma Operacional Básica: NOB/RH/SUAS. Dez. 2006.

A implantação do SUAS exige romper com a fragmentação programática. Exige separar o paralelismo de responsabilidades entre as três esferas de governo. Exige construir referências sobre a totalidade de vulnerabilidades e riscos sociais superando a vertente de análise segregadora em segmentos sociais sem compromisso com a cobertura universal e o alcance da qualidade dos resultados (SPOSATI 2004, p.173).

De acordo com o texto da PNAS/2004, a Assistência Social deve dar primazia a atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência, como prioridade àqueles com registros de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimizações entre seus membros.

Em decorrência das políticas e da criação do SUAS, COUTO et.al , ressaltam que,

A PNAS/2004 vai tornar claras as diretrizes para que a assistência social possa se efetivar enquanto um direito do cidadão e de dever do Estado, apoiada em um modelo de gestão compartilhada através do pacto federativo na qual são detalhadas as atribuições e competências de cada esfera do governo na provisão das ações e atenções socioassistenciais. (COUTO et.al , 2010).

A proteção social de assistência social age com base nas vitimizações, causalidades, vulnerabilidades e riscos pessoal e social, que os indivíduos e suas famílias enfrentam durante a sua trajetória frente à sociedade, tendo em vista as condições econômicas, políticas, culturais, diante de ofensas à dignidade humana, para que possam suprir suas necessidades de reprodução social, individual e familiar, buscando a emancipação, protagonismo e a autonomia.

Sendo assim, a PNAS apregoa que,

famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de efetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (MDS, SNAS, 2005, p. 33.).

Mediante as conquistas vivenciadas pela assistência social brasileira, evidenciamos também a aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais alcançando um novo patamar, estabelecendo tipologias que, sem dúvidas, corroboram para ressignificar a oferta e a garantia do direito socioassistencial.

E, possibilitando a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais¹⁴, a Proteção Social de Assistência Social é hierarquizada em básica e especial, levando em consideração o grau de impacto dos riscos e vulnerabilidades sociais sobre os indivíduos e suas famílias.

A Proteção social Básica é destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da: Pobreza; Privação (ausência de renda, precária ou nulo acesso aos serviços públicos); Fragilização dos vínculos afetivos (discriminação etária, étnicas, de gênero ou por deficiência).

Os serviços da Proteção Social Básica são executados de forma direta nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS¹⁵ e, através de outras unidades básicas e públicas de Assistência Social e/ou entidades e organizações de Assistência

¹⁴ Texto da Resolução Nº 109, de 11 de Novembro de 2009.

¹⁵ Centro de Referência de Assistência Social, unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Atua como a principal porta de entrada do SUAS, dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Básica nas áreas de vulnerabilidade social.

Social do território de abrangência do CRAS, em especial os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, devem ser a ele referenciados e manter articulação com o PAIF¹⁶.

O CRAS é um equipamento público que oferta serviços de prevenção às situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, tendo como público alvo: Famílias beneficiárias e ou em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família; Família com membros beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC); Famílias em situação de vulnerabilidade social; Famílias encaminhadas por outros setores (CREAS¹⁷, Conselho Tutelar, escolas etc.).

Os serviços ofertados no CRAS são: PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família; SPSBD - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoa com deficiência e idosos; SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, que tiveram seus direitos violados.

Os Serviços de Proteção Social Especial caracterizam-se por níveis de complexidade, hierarquizados de acordo com a especialização exigida na ação, e se distinguem respectivamente entre serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade e de Alta Complexidade.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, como integrante do Sistema Único de Assistência Social, deve se constituir como pólo de referência, coordenador e articulador da Proteção Social Especial de Média

¹⁶ O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é um trabalho de caráter continuado que visa a fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. (Disponível em www.mds.gov.br).

¹⁷ O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.).

Complexidade, sendo responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados, mas sem rompimento de vínculos.

O CREAS constitui-se numa unidade pública e estatal onde se ofertam serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos nas diversas situações de violação de direitos. Como unidade de referência deve promover a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar ações para os (as) usuários (as).

Os serviços ofertados no CREAS são: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI¹⁸; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

A Proteção Social Especial é destinada a todas as pessoas e famílias que vivenciem situações de risco pessoal e social ou que tiverem seus direitos violados e/ou ameaçados por vivências de violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e exploração), situação de rua, trabalho infantil, práticas de ato infracional, fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar, dentre outras.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade, por sua vez, vem ofertar serviços especializados em diferentes modalidades e equipamentos, com o objetivo de afiançar segurança de acolhida a indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitários de origem, oferecendo proteção integral aos sujeitos atendidos, garantindo atendimento personalizado e em pequenos grupos, com respeito às diversidades (ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual).

¹⁸ O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) oferta apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.

A oferta dos serviços tem como objetivos a preservação, fortalecimento ou resgate da convivência familiar e comunitária ou construção de novas referências, quando for o caso utilizando metodologias de atendimento e acompanhamento condizente com esta finalidade.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais a PSE de Alta Complexidade inclui os seguintes serviços nominados abaixo: Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: Abrigo institucional; Casa - Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva. Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

2.2 A Instrumentalidade do Serviço Social na proteção social básica: A realidade da prática profissional no CRAS Nossa Senhora Aparecida.

Com base na discursão dos capítulos anteriores, desenvolvemos nossa pesquisa, com a finalidade de identificar a instrumentalidade do Serviço Social na Proteção Social Básica, frente a realidade da prática profissional no CRAS Aparecida.

Nas palavras de Guerra, pode se dizer que,

[...] a instrumentalidade do Serviço Social remete a uma determinada capacidade ou propriedade que a profissão adquire na sua trajetória sócio histórica, como resultado do confronto entre teleologias e causalidades. Estamos, pois nos referindo às propriedades e às capacidades sócio históricas que a profissão vai adquirindo na sua trajetória no confronto entre as condições objetivas e subjetivas e as posições teleológicas de seus agentes profissionais e dos agentes sociais que demandam o exercício profissional, entre as respostas profissionais e as demandas colocadas à profissão, as quais atribuem-lhe determinados significados e reconhecimento social, que precisam ser compreendido. (GUERRA, 200,p.6).

A instrumentalidade é obtida pelos profissionais, em seu acúmulo histórico, cultura profissional, não deixando de mencionar também pela dinâmica societária em que a profissão está inserida.

Para a realização desse estudo, apresentaremos o município de Caratinga, localizado ao leste da capital do estado de Minas Gerais, no vale do rio doce. Em 2013, sua população foi estimada pelo IBGE em 90.192 habitantes, sendo então o 37º mais populoso de seu estado, e o primeiro de sua microrregião, sendo emancipada no século XIX, tendo, há bastante tempo, uma economia baseada na agricultura, cafeicultura e pecuária.

A presente pesquisa é resultado da experiência de estágio supervisionado das alunas referenciadas, sendo que ambas realizaram o estágio na Política de Assistência Social, especificamente no CRAS Nossa Senhora Aparecida.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa que possui uma população finita, de amostragem não probabilística, semi-estruturada de caráter qualitativo. De acordo com WEBB,

A pesquisa qualitativa é utilizada otimamente para aumentar o entendimento, expandir o conhecimento, esclarecer a utilização, gerar hipóteses, identificar uma gama de comportamentos, explorar/ explicar motivações e atitudes, destacar grupos comportamentais distintos e prover insumos para futuras pesquisas. A pesquisa qualitativa também pode ser usada para estudos exploratórios básicos, desenvolvimento de novo produto, desenvolvimento de criação, estudos diagnósticos e projetos táticos de pesquisa. (WEBB, 2005, p. 129).

A pesquisa foi entregue a três profissionais / Assistentes Sociais (que estão de frente às demandas da política de assistência social) do CRAS Nossa Senhora Aparecida, no mês de Novembro de 2016, sendo que, apenas duas profissionais responderam, com o intuito de reconhecer a instrumentalidade do Serviço Social relativo à prática profissional do Assistente Social no CRAS.

Como forma de resguardar a identidade das profissionais entrevistadas, assegurando seu anonimato, iremos referir como Assistente social 01 / Assistente

social 02. A formulação dos dados se deu de acordo com questionários aplicados para realização das entrevistas.

Minayo (1998) aponta que: “As entrevistas podem ser estruturadas e não estruturadas. Nas entrevistas não estruturadas o informante aborda livremente o tema proposto, porem existem formas de articular entre essas duas modalidades caracterizando-se como entrevistas semi-estruturadas”.

De acordo com plano de trabalho do CRAS, elaborado em março de 2005, Caratinga, enquanto município de médio porte, com uma economia baseada na agricultura, cafeicultura e pecuária, sofreu com o chamado êxodo rural nos anos 70, acumulando em zona periférica um grande número de pessoas, tornando cada vez mais populoso, com isso houve um grande aumento das expressões da questão social como, por exemplo: o desemprego, prostituição, violações de direitos, o que resultou no aumento da vulnerabilidade social. Diante desta realidade social, atualmente o município é contemplado com três CRAS e um CREAS, implantados nos territórios com grande índice de vulnerabilidade social.

O CRAS está inserido na Política de Assistência Social, regida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social, em Dezembro de 1993, regulamentando a Constituição Federal, representou o reconhecimento da política pública de Assistência Social sob responsabilidade do Estado e deu início a uma das mais ricas trajetórias de política social em nosso país. Desde então, temos assistido à estruturação da política de assistência social, assentada nos princípios da descentralização e da participação social, assim como à progressiva ampliação de seu papel no âmbito da proteção social brasileira e da melhoria das condições de vida da população.

O MDS vem nos afirmar que:

Também conhecido como Casa das Famílias, os Centros de Referência da Assistência Social devem estar localizados em áreas de vulnerabilidade social e são responsáveis pela oferta de serviços, programas e projetos de Proteção Social Básica para famílias em situação de vulnerabilidade social decorrentes da “pobreza, privação

e, ou, fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social” em seu território de abrangência (MDS, 2004, p.6-7).

O CRAS Nossa Senhora Aparecida foi instituído em novembro de 2005, com sede locada na Rua Princesa Isabel, nº 180 - Centro, Caratinga/MG, possui uma equipe técnica, composta por um Coordenador, duas Assistentes Sociais e 01 Psicólogo. Até a presente data, estão cadastradas nesta unidade, aproximadamente 3500 famílias, tendo como área de referência os bairros: Esperança; Santo Antônio; Monte Líbano; Nossa Senhora Aparecida I e II; Polivalente, Limoeiro, Centro e os distritos de Sapucaia; Dom Lara; Cordeiro de Minas e Ilha do Rio Doce.

Baseado no mês de outubro/2016 a equipe técnica do CRAS realizou aproximadamente 277 atendimentos, 86 visitas domiciliar, 180 acompanhamentos, sendo aproximadamente 3.500 cadastros.

De acordo com as Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social

A implantação do CRAS é uma estratégia de descentralização e hierarquização de serviços de assistência social e, portanto, elemento essencial do processo de planejamento territorial e da política de assistência social do município. Deve-se prever a gradual cobertura, de todos os territórios vulneráveis existentes e reconhecidos no Plano Municipal, com o Centro de Referência de Assistência Social. A universalização da Proteção Básica deverá ser alcançada até 2015, de acordo com o Plano. Decenal SUAS – Plano 10. (Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS 2009, p.18).

Os profissionais entrevistados possuem Bacharelado em Serviço Social, pelas Faculdades Integradas de Caratinga-FIC, sendo que o profissional 01 concluiu o curso no ano de 2005, e o profissional 02 no ano de 2009, ambas possuem Pós Graduação. A profissional 01 tem 33 anos de idade, dez anos atuando como Assistente Social, na área da assistência social, sendo cinco deles no Centro de Referencia da Assistência Social (CRAS), sendo a mesma concursada e atualmente se encontra no cargo de coordenadora do CRAS. A profissional 02 tem 38 anos de idade, seis anos atuando como Assistente Social, na área da assistência social, sendo quatro deles no Centro

de Referência da Assistência Social (CRAS), também sendo concursada e atuando como técnica.

As profissionais quando questionadas sobre seu local de trabalho, e se o mesmo garante sigilo no atendimento ao usuário, responderam que:

Profissional 01:

Os serviços do CRAS são executados em consonância com várias legislações interligadas a política de assistência social, em destaque a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. A equipe técnica em seu fazer profissional busca efetuar a prática social, priorizando as relações com os usuários, neste sentido busca garantir não somente o sigilo no atendimento, mais sim, cumprir todos os deveres do profissional com o usuário, como previsto no código de ética profissional. (Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Sendo que a Assistente Social 02 entrevistada, respondeu que, “a equipe de trabalho busca no seu cotidiano, trabalhar conforme orientações técnicas (CRESS, CFESS, MDS e outros) e garante sigilo no atendimento ao usuário”.

O Sigilo Profissional sempre esteve presente no âmbito da atuação do Assistente Social, sendo abordado no decorrer da formulação dos Códigos de Ética do Serviço Social, desde a primeira formulação ética de 1947 até o atual Código de 1993. De início, sendo abordado como Segredo Profissional, e posteriormente, abordado como Sigilo Profissional.

No Código de Ética de 1965, em seu capítulo terceiro, tratava-se especificamente do segredo profissional.

Art. 15. O assistente social é obrigado pela Ética e pela Lei (art. 154 do Código Penal) a guardar segredos sobre todas as confidências recebidas e fatos de que tenha conhecimento ou haja observado no exercício de sua atividade profissional, obrigando-se a exigir o mesmo segredo de todos os seus colaboradores. (CFAS, 1965, p. 3).

Com base nas respostas obtidas percebe-se que ambas atuam com base no sigilo profissional, tendo respaldo em leis, órgãos de regulamentação da profissão, tendo em vista a privacidade nos atendimentos e documentos elaborados.

Sendo assim, o CFES afirma que,

Pode-se compreender que além de um direito do Assistente Social, o Sigilo também é um dever do profissional, o que é explicitado no Art. 16, segundo o qual é o compromisso ético com o Sigilo que “protegerá o usuário de todas as informações que o Assistente Social venha a tomar conhecimento, através de sua atuação profissional” (CFESS, 1993, p.7).

O profissional Assistente Social deve ter conhecimento e habilidade para trabalhar em equipes, para fazer interface com o poder público, articular redes, isto, pressupõe uma formação generalista, mas também outros conhecimentos sólidos e amplos do espaço sócio-ocupacional.

Foi perguntado para as entrevistadas sobre o cotidiano de trabalho, tendo em vista as principais demandas colocadas pela instituição para o Assistente Social.

A profissional 01 respondeu que:

Acolhida, atendimento particularizado ou coletivo, acompanhamento familiar particularizado ou coletivo, visitas domiciliares, entrevistas sociais, relatórios sociais, encaminhamentos, requerimento de benefícios de transferência de renda, busca ativa dentre outros. (Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

A profissional 02 respondeu que:

O técnico trabalha de acordo com os serviços tipificados pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais/ 2009, enquanto proteção social básica: PAIF-Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família; SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; SPSBD- Serviço de Proteção Básica no Domicílio. Contudo, o PAIF e o SPSBD, são os serviços referenciados ao técnico, pela instituição, sendo o público alvo, requerentes do BPC- Benefício de

Prestação Continuada e suas respectivas famílias, bem como os beneficiários e famílias, em intervenções que vão desde o atendimento ao acompanhamento, individualizado/particularizado ou em grupo. E, atendimento/acompanhamento aos encaminhamentos recebidos pela rede de serviços do município (saúde, educação, conselho tutelar e outros). (Assistente Social 02 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Percebe-se diante das falas das duas profissionais, que ambas trabalham em consonância com o previsto na tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, e que elas estão comprometidas com efetivação dos serviços para a garantia dos direitos.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistencial percebemos que:

Todos os serviços de proteção social básica, desenvolvidos no território de abrangência do CRAS, em especial os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, bem como os serviços de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas, devem ser a ele referenciados e manter articulação com o PAIF. É a partir do trabalho com famílias no serviço PAIF que se organizam os serviços referenciados ao CRAS. O referenciamento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica ao CRAS possibilita a organização e hierarquização da rede socioassistencial no território, cumprindo a diretriz de descentralização da política de assistência social. (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistencial 2009,p. 06).

E, a partir das competências cabíveis ao profissional Assistente Social, que ele se torna apto a realizar uma análise crítica da realidade, dando subsidio para o enfrentamento das situações, risco e demandas sociais apresentadas no cotidiano profissional.

Dessa forma MOTA afirma que,

As demandas, a rigor, são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma verdadeira “teleologia” dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades. Por isso mesmo, a identificação

das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que os determinam. (MOTA, 1998, p.25)

Atualmente, as demandas encontradas pelos Assistentes Sociais em seus locais de trabalho vêm crescendo e se diversificando cada vez mais, no CRAS existem demandas postas a eles tanto pela instituição, como pelos usuários.

Ainda, abordando o cotidiano de trabalho do Assistente Social, foram colocados as principais demandas trazidas pelos usuários ao serviço no CRAS.

A profissional 01 explicou que existe um

Volume expressivo de requerimento de Benefício de Prestação Continuada - BPC, documentações civis, benefícios eventuais, orientações quanto a situações de membros familiares envolvidos com o uso de substância psicoativa, orientações quanto a conflitos familiares, orientações quanto aos serviços da rede intersetorial, dentre outros. (Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

A profissional 02 relatou:

Solicitação de requerimento de BPC, documentação civil, cesta básica, orientação acerca de violação de direitos e outras violações, inserção de crianças e adolescentes no SCFV e orientações diversas (bolsa família, benefícios previdenciário, tratamento para dependência de drogas ilícitas, famílias com vínculos fragilizados por inversão de papeis e outros). Mediante as demandas apresentadas, as que não são de atribuição da proteção social básica de assistência social, são encaminhadas para a rede de serviços setoriais ou socioassistencial (ex: PSF, Conselho Tutelar, Escolas, Cad Único e outros). No caso de existir nesses espaços o Serviço Social, busca-se dialogar com o profissional, de forma a viabilizar o acesso aos serviços necessários, considerando a lógica dos direitos sociais. (Assistente Social 02 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida)

É em decorrência da vulnerabilidade social vivenciada pelo usuário, que o mesmo procura a rede de serviço socioassistencial, apresentando um conjunto variado de necessidades sociais, sendo que, a maior procura de indivíduo é devido às necessidades básicas, cabendo ao profissional orientar sobre os serviços que são ofertados no CRAS e, dependendo da demanda apresentada pelo indivíduo, o

profissional tem por objetivo trabalhar, desenvolvendo atividades voltadas para a garantia de direitos e a qualidade de vida do usuário.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS,

Os serviços e ações ofertados no CRAS são acessados por demanda espontânea das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privações e/ou fragilização de vínculos afetivo - relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnico - racial, de gênero ou por deficiência, dentre outras), pela busca ativa de famílias feita pelos técnico e/ou encaminhamento realizado pela rede socioassistencial e pelos serviços das demais políticas públicas. (MDS, 2006, p. 32).

Para a atuação profissional é necessário ser comprometido, crítico, criativo que tenha a compreensão da dimensão do seu trabalho, bem como que entenda que cada sujeito apresenta níveis diferentes de desenvolvimento, e que este profissional vai ter de desenvolver competência e metodologia para propiciar o desenvolvimento dos sujeitos em diferentes estágios e, atender as demandas conforme o solicitado.

Obedecendo a uma das solicitações do SUAS, o CRAS deve conter uma equipe de profissionais qualificados que vão dar o suporte as famílias, com base nesta afirmativa, foi perguntado às profissionais entrevistadas: se trabalham sozinhas ou em equipe; como é organizado o trabalho do assistente social no CRAS; e quem define a dinâmica do trabalho.

Em resposta a assistente social 01 afirmou que,

O trabalho do CRAS é desenvolvido por uma equipe técnica (Assistentes Sociais e Psicólogos) e os planejamentos são organizados por meio do embasamento das Orientações Técnicas do CRAS e Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sendo que estes planejamentos são realizados por toda equipe, e às vezes contamos com a contribuição dos usuários. Importante frisar, que o planejamento ocorre periodicamente, é alterado quando há necessidade, avaliado e monitorado. (Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Assistente Social 02 respondeu que,

A intervenção é realizada pelo técnico e dependendo da demanda ocorre de forma interdisciplinar (Serviço Social e Psicologia), onde os saberes se complementam em prol da dinâmica familiar apresentada. O trabalho do técnico é organizado através de planejamento das ações; visitas domiciliar, atendimento a demanda espontânea, atendimento particularizado e em grupo, reunião semanal da equipe técnica para estudo de caso e colocações gerais acerca dos serviços, supervisão de estagio entre outros. É importante destacar que a coordenação do CRAS, busca sempre dialogar com a equipe técnica e normalmente a distribuição dos serviços, planejamento, organização de cronograma e outras ações, são definidas entre a equipe, onde a visão de cada um é colocada e respeitada, sempre buscando colocar em prática, o que for de encontro aos direitos dos usuários. (Assistente Social 02 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

É possível observar no relato das duas profissionais o trabalho interdisciplinar desenvolvido, sendo uma forma de superar as abordagens tecnicistas.

É necessária uma equipe de trabalho constituída por profissionais qualificados, que interagem entre si para proporcionarem uma troca de conhecimento, pautadas em objetivos comuns, com interdependência, coesão e cooperação.

Com base nas Orientações Técnicas do CRAS

A interdisciplinaridade é um processo de trabalho recíproco, que proporciona um enriquecimento mútuo de diferentes saberes, que elege uma plataforma de trabalho conjunta, por meio da escolha de princípios e conceitos comuns. Esse processo integra, organiza e dinamiza a ação cotidiana da equipe de trabalho e demanda uma coordenação, a fim de organizar as linhas de ação dos profissionais em torno de um projeto comum. (Orientações Técnicas do CRAS 2009, p.65).

Ao pensar sobre a instrumentalidade no exercício profissional do Assistente Social como uma propriedade ou um determinado modo de ser que a profissão adquire no interior das relações sociais, no confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional, perguntamos para as profissionais participantes da entrevista, qual seu entendimento por instrumentalidade.

Assistente Social 01 disse que

O fazer profissional dos serviços social necessitam de bases teóricas, metodológicas, técnicas e ético - políticas, para tanto, instrumentalidade no serviço social, trata-se de um conjunto de instrumentos (Visitas domiciliares, entrevista social, relatórios, laudos e pareceres sociais, encaminhamentos, planejamentos, etc) que permitem a efetivação da prática profissional. A Instrumentalidade abrange não somente as formas de consolidação do serviço, podemos considerar também o aperfeiçoamento profissional, a busca do conhecimento e as habilidades adquiridas. (Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Assistente Social 02 elucidou que há

Um conjunto de saberes teórico-prático, considerando a rica contribuição de vários autores do Serviço Social, bem como as técnicas que vão sendo apreendidas, aperfeiçoadas e remodeladas no decorrer do fazer profissional, **às** quais consideram o arcabouço teórico-metodológico, matriz essencial para lançar um olhar investigativo, aproveitar as oportunidades e ser propositivo. (Assistente Social 02 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Percebe-se que ambas as profissionais compreendem a instrumentalidade como uma capacidade que se constitui a partir do exercício profissional, englobando um conjunto de saberes contribuindo para a efetivação do fazer profissional, permitindo que o profissional em consonância com as dimensões teórico-metodológicas, ético-político e técnico operativo, lancem um olhar investigativo, sendo propositivos no que diz respeito ao seu exercício profissional.

A instrumentalidade na perspectiva de GUERRA,

é compreendida como o modo de ser que caracteriza o fazer profissional que é moldado a partir das relações sociais que são estabelecidas no bojo das condições objetivas e subjetivas em que se desenvolve o exercício profissional. E, na medida em que, possibilita o alcance dos objetivos a que se propõe a profissão constitui-se como “[...] condição concreta de reconhecimento social da profissão” (GUERRA, 2007, p.2).

As demandas postas para o profissional Assistente Social requerem uma intervenção crítica, criativa, propositiva, sensível diante das manifestações da Questão Social vivenciada na atualidade.

Frente a essas demandas, perguntamos para as profissionais entrevistadas, se visualizam a instrumentalidade se materializando em seu exercício profissional, e se, a resposta for sim, de que forma.

Assistente Social 01

Sim, pois a equipe busca dar respostas as solicitações realizadas pelos usuários. Para efetivação, são realizadas: acolhidas, atendimentos particularizados ou coletivo, acompanhamento familiares particularizados ou coletivos, encaminhamentos necessários, visitas domiciliares, busca ativa, mediação com a rede intersetorial etc. (Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

A Assistente Social 02 respondeu que “Sim, as intervenções não são pautadas no senso comum. Ampara-se em legislações e teorias que qualificam e legitimam o atendimento ao usuário”.

A instrumentalidade é visualizada pelas profissionais no seu cotidiano, onde a mesma vem sendo expressada e materializada no momento em que se efetiva seu fazer profissional, através dos atendimentos e intervenções, tendo como suporte os instrumentos de trabalho utilizados por esses profissionais como citado acima: a visita domiciliar, encaminhamentos, busca ativa entre outros. E, todos pautados por legislações, teoria e conhecimento adquirido.

GUERRA afirma que:

Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. (GUERRA, 2007, p.2).

Os profissionais, ao utilizar, criar, modificar e ajustar as condições existentes, adequando-as para a observação das intencionalidades, isso se configura instrumentalidade nas ações, tornando condição necessária em todo trabalho social, sendo que, a instrumentalidade ao longo da trajetória profissional é construída e reconstruída.

Ao perguntar: quais os instrumentos e técnicas de trabalho utilizado pelas profissionais para a realização do seu exercício profissional, obtivemos as seguintes respostas: Assistente Social 01

Escuta qualificada no atendimento, seja ele particularizado ou coletivo; estudo para aprofundamento e compreensão de algumas demandas; visitas domiciliares, entrevistas sociais, relatórios sociais, encaminhamentos, busca ativa, acompanhamentos familiares etc. (Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Assistente Social 02

Escuta qualificada, orientação com embasamento teórico, feedback com o usuário, onde o mesmo é levado a refletir sobre a demanda que traz; cabe destacar a visita domiciliar, que muito contribui para conhecer parte da dinâmica do usuário, bem como, contribui também para realização do diagnóstico social e parecer social, preenchimento do prontuário / SUAS, bem como mantê-lo atualizado. Entre outros instrumentos e técnicas cabe enfatizar a importância de respeitar o histórico de vida dos usuários, despidendo-se de visões preconceituosas e taxativas, que às vezes não acontecem na frente do usuário, mas nos corredores da instituição, em reuniões, entre técnicos e estudos de casos com a rede. Há que finalizar destacando a práxis social (ação-reflexiva), tal técnica, contribui para que o profissional reflita acerca da necessidade ou não de mudanças, buscando qualificar/melhorar a cada dia, não somente como profissional, mas também como ser humano. Como sinaliza o sentido ontológico do trabalho: “não é somente o homem que transforma algo com seu trabalho, mas também sai transformado”. (Assistente Social 02 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

É nítida a posse dos instrumentais no cotidiano da prática profissional das profissionais entrevistadas, como um fator importante, não diferenciando dos demais profissionais, tendo seus instrumentos de trabalho.

O Assistente Social necessita de bases teóricas, metodológicas, técnicas e éticas-políticas para o seu exercício profissional. O Assistente Social usa como estratégia os instrumentais técnico-operativos para a realização de uma ação na prática profissional, onde o instrumental e a técnica estão relacionados em uma unidade dialética, abrange não só o campo das técnicas como também dos conhecimentos e habilidades.

SANTOS vêm acrescentar que,

Por formar um conjunto dialeticamente articulado com as técnicas, os instrumentos são constantemente aprimorados por elas, face à exigência de adequação diante das transformações da realidade e de atendimento das mais diversificadas necessidades sociais postas na sociedade capitalista. (SANTOS, 2010 P.50).

Com base nos instrumentos citados pelas Assistentes Sociais, perguntamos se os mesmos são suficientes para dar respostas às demandas trazidas pelos usuários do CRAS e por que.

Assistente Social 01 respondeu:

Nem sempre, pois em algumas situações a demanda trazida é compreendida pelo técnico, porém, a família não adere ao acompanhamento familiar. Outra situação, algumas vezes a equipe não possui condições de atender a necessidade da família, pois o próprio sistema político não oferta condição para que este direito seja garantido, exemplo disso, a equipe é reduzida e não da conta de atender todo o território, então muitas das vezes o serviço não é ofertado com a qualidade devida. (Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Assistente Social 02 respondeu:

Nem sempre. Tenho observado cada vez mais, a necessidade de ampliação das políticas sociais, principalmente no que condiz não somente a qualificação profissional, mas a garantia de emprego. Grande parte da demanda esta associada à ausência ou baixa renda, a emancipação dos usuários é um grande desafio. (Assistente Social 02 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Percebe-se uma insatisfação por parte das entrevistadas com relação ao suporte dado pelos instrumentos de trabalho que são oferecidos a elas, onde ambas dizem que nem sempre esses instrumentais são suficientes para uma atuação profissional frente às demandas apresentadas.

O serviço Social encontra-se inserido na divisão sócio técnica do trabalho, integrando uma perspectiva dialética, sociedade diversificada e em transformações. Cabendo o profissional se adequar, sendo dinâmico, criativo, para dar respostas às solicitações, atendendo as demandas que vem crescendo na mesma proporção que cresce a desigualdade social, criando estratégias de intervenção, que vão de encontro com os instrumentais, para que assim possam dar respostas de forma imediata as demandas apresentadas. FALEIROS, traz em sua fala que,

... a intervenção social implica decisões e que é preciso articular o saber mais genérico com a phroneses aristotélica, para que se possa decidir bem, unindo praticidade e esclarecimento o que nos leva ao conceito de estratégia. (FALEIROS, 1987, p.70).

No interior da categoria profissional, novas áreas e campos de intervenção foram emergindo de acordo, com as conquistas dos direitos cívicos e sociais, necessitando de novas práticas interventivas. Frente ao exposto, perguntamos: qual o entendimento que as Assistentes Sociais possuem com relação ao Projeto Ético Político do Serviço Social.

A Assistente Social 01 respondeu que,

de acordo com alguns referenciais teóricos, compreendo que o projeto ético – político, não é algo palpável, ele se constitui em vários mecanismos, abarca vários aspectos: a Lei de regulamentação da profissão, as novas diretrizes curriculares de 1996, a produção teórica produzida, os organismos representativos quanto à legalidade e organização da categoria de assistentes sociais, dentre outros. A efetivação do projeto ético-político perpassa pelo saber profissional e a maneira que cada um o implementa, levando em conta fatores econômicos, políticos e culturais. (Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Segundo a Assistente Social 02,

Em linhas gerais é o comprometimento com o que dispõe a profissão, desde a base legal, afunilando até chegar ao usuário. Não se encerrando, visto que as expressões da questão social não são estáticas, contudo, é o projeto ético político, que sustenta e norteia as ações que foram, são e serão necessárias irem de encontro as tais expressões da questão sócia l (desemprego, violência, drogas...). (Assistente Social 02 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Na concepção de YASBECK, o processo de construção do projeto éticopolítico envolve:

(...) um conjunto de componentes que necessita se articular: são valores, saberes, e escolhas teóricas, práticas, ideológicas, políticas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos políticos organizativos, processos de debate, investigação, interlocução crítica com o movimento da sociedade, da qual a profissão é parte e expressão (YASBECK 2004,p.12).

Partindo das respostas das profissionais entrevistadas, percebemos que o Serviço Social enquanto profissão é pautado pelo seu código de ética e o projeto ético político, aonde que este, vem atrelado a um projeto societário, surgindo do processo de ruptura com o conservadorismo, sob a linha de um novo projeto profissional comprometido com os interesses da população trabalhadora, onde as consolidação das ações cotidianas do trabalho do Assistente Social se dão a partir da sistematização dos mecanismos políticos, dos instrumentos/documentos legais, das referenciais teóricas - que conferem legitimidade; e dos elementos práticooperativos e prático-normativos.

E com referência ao projeto ético político, foi perguntado de que forma as Assistentes Sociais entrevistadas efetivam a ética em sua prática profissional. A Assistente Social 01, responde que é

Buscando priorizar o usuário, cumprindo com os deveres do profissional previsto pelo código de ética, compreendendo que o compromisso profissional com a qualidade dos serviços ofertados à população é primordial e para que haja esta qualidade o aprimoramento intelectual se faz necessário. (Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

A Assistente Social 02 explica que a ética se efetiva “Respeitando as relações com o usuário e a equipe”.

A ética profissional e sua aplicabilidade no cotidiano profissional, exigindo do profissional uma certeza dos princípios e valores inerentes ao ser humano para vivenciá-los no seu processo laboral, objetivando de maneira individual a vida ética. A ética profissional, o Código de Ética são norteadores dos Assistentes Sociais, diante desse processo dialético.

BARROCO vem ressaltar que:

A ética profissional expressa posicionamento da categoria, seu compromisso político, suas escolhas e a forma que se apresenta sua identidade profissional. É sabido, no entanto, que a categoria profissional dos Assistentes Sociais, é formada por diferentes indivíduos, em que no momento do vínculo institucional estão em constante processo de formação. Portanto, os conflitos éticos existem no seio da categoria, tornando indispensável uma reflexão filosófica e política para a consciência crítica do exercício Profissional (BARROCO, 2007, p. 68).

Foi questionado as Assistentes Sociais 01 e 02, em quais princípios as ações e práticas profissionais estão pautadas.

A profissional 01 ressaltou,

Busco utilizar todos os princípios, porém, os que se destacam são: Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Por sua vez, a Assistente Social 02 deu enfoque no,

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; defesa dos direitos humanos; defesa da democracia; garantia do pluralismo entre outros princípios fundamentais no código de ética dos assistentes sociais. De forma subjetiva, aprecio o respeito a particularidade de cada indivíduo, afinal, cada um tem sua história atrelada ao contexto familiar. (Assistente Social 02 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Desta forma, ambas buscam a atuação com base em princípios éticos, atuando na realidade, sendo necessário que os profissionais da Política de Assistência Social estejam comprometidos com o Projeto Ético - Político da profissão, diante ao enfrentamento dos desafios de atenderem demandas cada vez mais variadas e complexas, verdadeiras expressões multifacetadas da questão social.

BONETTI menciona que

Um código de ética representa uma exigência legal de regulamentação formal da profissão e, como tal, é um instrumento específico de explicação de deveres e direitos profissionais, ou seja, refere-se a uma necessidade formal de legislar sobre o comportamento dos profissionais (BONETTI (org.) et al. 2007: 79).

A formação profissional corresponde à formação acadêmica teórico, metodológica, política, e se inscreve numa dada realidade social, sendo que o processo dessa formação no Brasil é resultado de uma necessidade histórica. Frente a esse contexto, foi questionado para as profissionais, se a formação acadêmica influencia diretamente na reflexão teórico/prática sobre o significado social da profissão.

Assistente Social 01 responde que,

Sim. Porém o profissional ao terminar a graduação, deve buscar o aprimoramento por meio de especializações que aprofundem o significado da profissão, bem como as formas de atuações.

(Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Assistente Social 02, disse “com certeza, muito mais que um diploma nas mãos é o conhecimento adquirido, para legitimá-lo no fazer profissional”. As profissionais reconhecem que a formação acadêmica influencia diretamente na reflexão teórico-prática sobre o significado social da profissão. A profissional 01 compreende também que o profissional não deve se limitar a uma graduação, mas sim, buscar especializações com o intuito de aprimorar seus conhecimentos, tendo um melhor domínio do significado social da profissão, ao capacitar torne-se mais apto para dar respostas concretas às demandas.

De acordo com O CADERNO DE DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSSS,

A formação em Serviço Social propõe-se a: “viabilizar a capacitação teórico-metodológico e ético-política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade e do movimento histórico da sociedade brasileira; possibilitar a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; e identificar demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado”. (DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS, 1999).

Completando também que,

Dentre os princípios norteadores da formação acadêmicoprofissional tem-se: 1. rigoroso tratamento teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social que possibilitem a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social; 2. adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; debate entre tendências teóricas presentes nas ciências humanas e sociais; 3. integração entre as dimensões de formação e investigação, a interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 4. ética como princípio transversal à formação e estreita articulação entre supervisão acadêmica e profissional na atividade de

estágio à formação e estreita articulação entre supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio. (DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS, 1999).

O Assistente Social deve estar sempre comprometido com o desafio incansável da consolidação da igualdade de direitos e da equidade social, e, contra todas as formas de exclusão social.

Diante dos entraves encontrados no mundo do trabalho, perguntamos quais os desafios postos aos Assistentes Sociais, principalmente os que se encontram inseridos na Política de Assistência Social.

De acordo com a Assistente Social 01

O principal desafio que vejo é no que se refere ao aperfeiçoamento do arcabouço teórico, e como disse na questão anterior o aprimoramento profissional é essencial, pois a política de assistência social esta se desenvolvendo, trazendo mudanças inovadoras, porém, os profissionais não estão preparados para atuar, apresentam dificuldades até mesmo para realizar as ações mais simples da profissão, como realizar entrevista social. (Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

A Assistente Social 02 destaca:

A união da categoria para o bem comum, a valorização da profissão, piso salarial, garantir em conferencias as especificidades de atuação do Serviço social em sua própria política (ex: gestão de secretarias) e romper com a visão assistencialista, tanto da sociedade, como de outras políticas setoriais. (Assistente Social 02 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Os desafios são muitos, tendo em vista as respostas dadas pelas entrevistadas, desafios esses, que se encontram relacionados as necessidades de mudanças e transformações culturais, organizacionais, políticas, pessoais integrando a sociedade em sua totalidade.

Conforme IAMAMOTO:

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (...) Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. (IAMAMOTO, 2007, p. 20-21)

Diante disso, os profissionais procuram superar tais desafios, por meio do esforço cotidiano norteado pelo projeto profissional. Ao se conscientizarem sobre a necessidade de mudanças e superação desses desafios, esses profissionais estão dando um grande passo em direção ao indispensável processo de mudanças no campo do atendimento social.

Em culminância com o discutido, levando em consideração os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais e sua procedência ética diante dos mesmos e de suas intervenções, foi questionado as profissionais, o que as mesmas compreendem por Projeto Ético Político do Serviço Social. A profissional 01 respondeu que:

De acordo com alguns referenciais teóricos, compreendo que o projeto ético – político, não é algo palpável, ele se constitui em vários mecanismos, abarca vários aspectos: a Lei de regulamentação da profissão, as novas diretrizes curriculares de 1996, a produção teórica produzida, os organismos representativos quanto à legalidade e organização da categoria de assistentes sociais, dentre outros. A efetivação do projeto ético-político perpassa pelo saber profissional e a maneira que cada um o implementa, levando em conta fatores econômicos, políticos e culturais. (Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

A profissional 02 diz :

Em linhas gerais é o comprometimento com o que dispõe a profissão, desde a base legal, afinando até chegar ao usuário. Não se encerrando, visto que as expressões da questão social não são estáticas, contudo, é o projeto ético político, que sustenta e norteia as ações que foram, são e serão necessárias irem de encontro as tais

expressões da questão social (desemprego, violência, drogas...). (Assistente Social 02 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Portanto, na atual realidade é necessário que os profissionais da Política de Assistência Social estejam comprometidos com o Projeto Ético-Político da profissão, diante ao enfrentamento dos desafios de atenderem demandas cada vez mais variadas e complexas, verdadeiras expressões multifacetadas da questão social.

De acordo com NETTO,

[...] os projetos profissionais [inclusive o Projeto Ético-Político do Serviço Social] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e preconizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas. (NETTO, 1999, p. 104.).

Afirma-se que o profissional Assistente Social é pautado em seu Código de Ética e pelo Projeto Ético-Político, que tem como seu ponto central o reconhecimento da liberdade enquanto valor primordial, baseado no compromisso com a autonomia e emancipação dos indivíduos sociais. Este se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, onde não há exploração, dominação de classe, etnia e gênero. Onde se estabelece a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio a qualquer expressão de preconceito, contemplando o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional.

Ainda, dando continuidade a discursão do Projeto Ético Político, perguntamos para as entrevistadas, se o mesmo tem sido base para enfrentamento dos desafios encontrados por elas enquanto profissionais.

Assistente Social 01 disse,

Sim o arcabouço legal da profissão previsto no Projeto Ético Político, dispõe de informações básicas capazes de mediar a implementação das ações diárias, todavia somos postos a grandes desafios, como por exemplo as mudanças políticas, econômicas e culturais que vivemos. Atuar diante a estes desafios, exige do profissional, instrumentais que vão além dos conjuntos das leis e orientações teóricas, e para dar respostas atuais, é necessário que o profissional se reinvente e se una em categoria para efetivar e consolidar o Projeto Ético Político. (Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Por sua vez Assistente Social 01 disse que “sim”. Diante dos relatos das entrevistadas, observamos que é primordial a existência e efetivação do Projeto Ético Político frente ao enfrentamento dos desafios postos para as profissionais, uma vez que ele carrega em si informações que vão de encontro com as ações desenvolvidas no cotidiano profissional, e cabe a esses profissionais não se acomodar com apenas o que é oferecido para eles como apoio para o exercício profissional. Embora, sejam sem dúvidas essenciais, devem procurar novos instrumentos e estratégias que qualifiquem ainda mais suas práticas profissionais.

De acordo com NETTO,

[...] os projetos profissionais [inclusive o Projeto Ético-Político do Serviço Social] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e preconizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas. (NETTO, 1999, p. 104).

Desta forma, foi questionada a importância dada ao Projeto Ético Político de Serviço Social em relação a prática profissional no cotidiano de trabalho do assistente Social.

Salientando sobre o assunto a profissional 01 ressalva que,

A implementação do serviço sem a compreensão do projeto ético político e do processo de legitimação da profissão, torna-se fragmentado e passa uma imagem de que qualquer pessoa sem formação pode executar as ações profissionais, portanto é de suma importância à compreensão deste. (Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Assim como forma direta e sucinta a profissional 02 afirmar que “É ele que sustenta a minha intervenção”, se dirigindo a importância do Projeto Ético Político como pilar de sua atuação.

Conforme IAMAMOTO (2000) O Código de Ética representa a defesa da profissão, do exercício do Serviço Social com qualidade, na perspectiva da defesa dos usuários, dos profissionais, dos espaços de trabalho, em consequência dos direitos. Nele estão contidos valores que expressam a direção social desse Projeto Profissional, vinculado à defesa de um projeto social, significando a construção e efetivação de um Projeto Coletivo, um Projeto Profissional.

Afirma-se que o profissional Assistente Social é pautado em seu Código de Ética e pelo Projeto Ético-Político, que tem como seu ponto central o reconhecimento da liberdade enquanto valor primordial, baseado no compromisso com a autonomia e emancipação dos indivíduos sociais. Assim, o profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, onde não há exploração, dominação de classe, etnia e gênero. Onde afirmarse a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio a qualquer expressão de preconceito, contemplando o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional.

Como forma de continuar a salientar reflexão sobre o Projeto Ético Político, perguntamos se o mesmo está sendo materializado no trabalho realizado pelo Serviço Social e, de que forma isso acontece.

A profissional 01 de forma crítica, a partir de uma visão totalitária dos profissionais contemporâneos afirma que,

Nem sempre, percebo que há muitos profissionais atuando sem mesmo compreender as bases fundamentais da profissão, por isso tornam-se profissionais mecanizados e acomodados. Não se atualizam e não compreendem seu papel na sociedade. (Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Já a profissional 02, de forma a fazer uma reflexão a sua própria atuação, diz que,

Sim. Pelo comprometimento com os usuários, transparência das ações, bem como entendendo que os usuários não necessitam só da assistência social, muitas das vezes o usuário cria vínculo com o equipamento e acredita que no CRAS existe a resposta para todas as suas demandas, quando esse é levado a reflexão, passa a entender que o CRAS no território é uma forma de acessar outras políticas. E isso é muito importante, chega um momento que o usuário aprende o caminho e vai sozinho. (Assistente Social 02 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

O projeto ético-político se efetiva na medida em que propõe ao Serviço Social uma formação teoria social crítica e na efetivação da atuação do serviço social na sociedade.

Compreender o significado social da profissão na sociedade capitalista clarificar seus objetivos sociais, escolher crítica e adequadamente os meios éticos orientados por um Projeto Crítico implica que os assistentes sociais estão aptos, em termos de possibilidade, a realizar uma intervenção profissional de qualidade, competência e comprometido com valores humanos. (GUERRA, 2007, p.15).

Desta forma, segundo BARROCO (2001) a hegemonia do Código de ética está vinculada à sua capacidade teórico-prática de responder positivamente aos desafios encontrado.

As profissionais, quando questionadas acerca da importância da sua profissão para aqueles que o serviço é direcionado e, em quais princípios suas ações estão pautadas diante desta atuação.

A Assistente Social 01, afirma que é de

Grande importância, percebemos o reconhecimento através da gratidão dos próprios usuários, além disso, muitos deles adquiriram a autonomia de renda e até mesmo a emancipação. Quanto aos princípios já respondi na questão (Assistente Social 01 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

Já a Assistente Social 02 ressalta que

Nos últimos anos de atuação, tenho observado as mudanças subjetivas nos usuários, os quais após os atendimentos e/ou acompanhamentos no CRAS, têm conseguido reeditar formas de pensar e conseqüentemente a forma de agir entre casais, pais e filhos, avós e netos e a medida que as famílias são fortalecidas, elas passam a se respeitar, se aceitar, ser altruísta e passam a encontrar soluções para os seus conflitos. Busco pautar minhas intervenções nos princípios do código de ética, como já mencionado.” (Assistente Social 02 entrevistada no CRAS Nossa Senhora Aparecida).

O Assistente Social norteado por seu código de ética, busca a autonomia de seus usuários e emancipação do mesmo, por meio da promoção de direitos garantidos em lei ao cidadão e pelas estratégias de enfrentamento das expressões da questão social, gerando mudanças contínuas nas vidas dos usuários atendidos ou acompanhados realizados.

A inclusão produtiva promove ações que possibilitem a inserção de indivíduos no mercado de trabalho, contribuindo para o processo de emancipação social dos indivíduos, diminuindo a dependência de programas e benefícios dos governos federal, estadual e municipal, gerando trabalho e renda, potencializando a arte e o saber-fazer local (SERGIPE, 2013, apud SOUZA, p. 292).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção desse trabalho representou um contínuo de desafios, muitas vezes de aparências intransponíveis diante da complexidade que envolve a própria discussão sobre a instrumentalidade, assim como a formação e o exercício profissional, objetivando a partir da prática de estágio durante a formação acadêmica, estudar sobre a instrumentalidade, frente a prática profissional do Assistente Social no CRAS Nossa Senhora Aparecida.

Como ponto de partida, nos aproximamos da temática através do estudo do que é o Serviço Social e, como se apresenta o exercício profissional do Assistente Social através do contexto histórico da profissão. Entendemos que o Serviço Social se define pela função que desempenha na ordem social determinada, inserida no conjunto das relações sociais capitalistas visando superar o olhar individualizado que o projeto societário hegemônico do Capital tem dado às expressões da Questão Social.

Os Assistentes Sociais entrevistados se mostram preocupados com o atendimento ao usuário e o cumprimento das demandas apresentadas. O que nos comprova uma aproximação dos técnicos ao Código de Ética profissional e um entendimento do Projeto Ético Político, embasando seu exercício profissional. Tendo consciência da importância do aperfeiçoamento e atualização contínua, visto que ambas possuem pós-graduação como forma de formação continuada. Isso é um grande passo para a efetivação dos direitos sociais, pois, são necessários profissionais engajados com o projeto ético-político da profissão, participantes dos movimentos sociais e, que lutem incessantemente pelo motivo ao qual se formaram: a busca da cidadania.

Ficou visível para nós, que o projeto ético político do Serviço Social esteve presente em várias gerações, sendo construído a partir da ruptura com o tradicionalismo, avançando na luta contra uma ideologia dominante e, que supere o projeto societário estabelecido pelo capitalismo, e as dimensões ético-política técnico-operativa e teórico-metodológica ao serem absorvidas pelos Assistentes Sociais, possibilitam uma prática profissional interventiva competente e com

potencialidade dessa política realmente se efetivar, permitindo o avanço emancipatório da sociedade, uma vez que o Serviço Social tem como propósito garantir direitos a seus usuários, em sua totalidade.

Mediante a entrevista realizada, percebemos que os instrumentais apresentados ao Assistente Social fornecem suporte para seu exercício profissional frente aos espaços sócio ocupacionais. No entanto, as demandas apresentadas pelas instituições e usuários é de suma importância o uso de estratégias para que seja eficaz, eficiente e efetive suas ações, cabendo ao profissional buscar conhecimentos para dar embasamento á atuação profissional.

Os desafios enfrentados são muitos, mediante as correlações de forças presente no cotidiano profissional e as expressões da questão social advindas da sociedade capitalista, porém, os avanços são visíveis. A conquista da Política Nacional de Assistência Social é prova disso, pois se configura como conquista de todos os profissionais e usuários desta Política. A conscientização da sociedade nesta luta também é fundamental para a reafirmação do motivo pelo qual o Serviço Social se faz presente.

4.REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABESS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional.** Serviço Social & Sociedade. n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

AGUIAR, A. G. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, e CARVALHO R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 25. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez Editora, 2006.

BONETTE, D.A.[et al...]. **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis.** São Paulo: Cortez; Brasília: CFESS, 2007

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica: NOB/RH/SUAS.** Dez. 2006.

_____. **Código de ética do assistente social. Lei no 8.662/1993. Legislação Brasileira para o Serviço Social.** Brasília: Cress-SP, 2006.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 2008.

_____. **Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social.** Brasília: Secretaria de Educação Superior, 1999.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social. Lei n. 8742, de 07 de dezembro de 1993.** Brasília. MPAS/SAS

CARNEIRO, Daniel Zanetti Marques. **Custeio da Seguridade Social: aspectos constitucionais e contribuições específicas.** São Paulo: Atlas, 2010.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação.** Serviço Social & Sociedade. nº 87. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CFESS. Disponível em: < [http:// www.cfess. Org.br](http://www.cfess.Org.br) >. Acesso em 13/10/2016

COELHO, Marilene A. **Imediaticidade na prática profissional do assistente social**. In: Serviço Social: temas, textos e contextos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

Conselho Regional de Serviço Social. Lei 8662/1993 – **Regulamenta a profissão do Serviço Social**. In: Coletânea de leis 4.ed. Belo Horizonte: Conselho Regional do Serviço Social- 6ª Região, 2003.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. **A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando conceitos**. In: COUTO, et al. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010. p. 32-65

DALBOSCO, Cláudio. ; KANT, Immanuel **Educação e Maioridade: Dimensões da Racionalidade Pedagógica**. São Paulo: Cortez Editora; Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

DRAIBE, Sônia. **A Política Social no período FHC e o Sistema de Proteção Social**. Tempo social, vol.15, nº 2. 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____, **Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina**. Serviço Social & Sociedade (São Paulo), ano VIII, n.24, p.49-69, ago. 1987.

GUERRA, Yolanda. **O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.91, p.53, especial 2007.

_____, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, Yolanda. **“Ontologia do ser social: bases para a formação profissional”** In: Revista Serviço Social e Sociedade n.54. São Paulo: Cortez, 1997

_____, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1995.

HAMILTON, G. **Teoria e prática do Serviço Social de casos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

HOLZ, h.h. et alii. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

IAMAMOTO, M.V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo Cortez, 2004.

_____, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético – políticas**; Debate nº6 – CRESS – CE, Fortaleza, 1997.

_____, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____, M.V. **As dimensões ético - Políticas e Teórico Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2008.2ª parte, p.161196.

_____, **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KANT, Immanuel. **Textos Seletos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

Lei Nº. 8742, de 07 de dez. de 1993. Lei Orgânica de Assistência Social: LOAS. Brasília, 08 de dez. 1993.

Lessa, S.(1995). **Sociabilidade e Individuação**. Edufal, Maceió.

_____ (2011) **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2ª edição, Cortez Ed., São Paulo

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas da atividade humana. Ontologia social, formação profissional e política**. São Paulo: Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista/Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo/Programa de Estudos PósGraduados em Serviço Social, 1997.n.1,maio.

MARQUES R.M.; MENDES A. SUS e seguridade social: em busca do elo perdido. Saúde e Sociedade V. 14, n.2, p. 39-49, maio- ago 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n2/05.pdf> Acesso em: Agosto 2016

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. In: Obras Escolhidas, vol. 1. S. Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1888.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos - Filosóficos**. 70 ed. Lisboa: 1985. Tradução: Arthur Mourão.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 6. ed.Petrópolis:Vozes,1998.

Ministério De Desenvolvimento Social e Combate à Fome Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. **Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (Cras)**. Brasília, 2009.

MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 2. Ed. Ver. E ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: CORTEZ, 1998. 215 p. ISBN 85-249-0691-6.

_____. **O feitiço da ajuda: As determinações do Serviço Social na empresa**. São Paulo: Cortez, 2ª Ed. 1987.

_____, **A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mod. 01. Brasília: CEAD, 1999.

_____, **A Conjuntura brasileira: O Serviço Social posto à prova**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 79, 2004.

_____, **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____, **Ditadura e Serviço Social: Uma Análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____, **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois**. Serviço Social & Sociedade (São Paulo), ano XXVI, n.84, p.5-20, nov. 2005.

_____, **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

NETTO, J.P, BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução crítica**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Notas para a discussão da sistematização da prática em Serviço Social. Cadernos ABESS. São Paulo: Cortez, 1989. N. 3.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.

RIBAS, Sibebe. **O exercício Profissional e os desafios postos ao Serviço Social**-2009 p. 2

SANTOS, Cláudia Mônica. **Na prática a teoria é outra. Mitos, dilemas na relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da (coord.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. (2011). (org.) **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** 7a. ed. São Paulo: Cortez.

SANTANA, R.S. (1999). **A trajetória histórica do Serviço social e a construção do seu projeto ético – político.** Serviço Social e Realidade, V.8, PP. 73-88.

SPOSATI, Aldaíza. **Contribuição para a construção do Sistema único de Assistência Social: SUAS.** In: Serviço Social e Sociedade, n. 71, São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Joaquim Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético – político do Serviço Social.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Tipificação Nacional dos Serviços Sociassistenciais: Texto da Resolução Nº 109, de 11 de Novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 25 de Novembro de 2009.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. **Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo na prática profissional do Serviço Social.** Orientadora: Nobuco Kameyama. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2000. Tese de Doutorado.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Direitos e Competências Profissionais: Fundamentos Históricos Metodológicos do Serviço Social.** Brasília: In CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS . Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, nº 77, p. 11-29, mar. 2004.

WEBB, John. **Pesquisa de Marketing.** IN: BAKER, Michael (org). Administração de Marketing. São Paulo: Campus, 2005.

<http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documentop> / **Diretrizes curriculares curso: serviço social** / Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social / Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo/ Marilda Villela lamamoto MariangelaBelfioreWanderley/1999 - Acesso em: 21 de out. de 2016.

<https://www.Wikipedia.Org/wiki/conservadorismo>: Acesso em Agosto 2016

<https://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>: Acesso em Agosto 2016 <https://www.cfess.org.br>

[//www.cfess.org.br](https://www.cfess.org.br)>. Acesso em outubro 2016.

05.APÊNDICE

Entrevista com os Assistentes Sociais do CRAS Aparecida/ Caratinga -MG

1 - Identificação:

Nome: _____

Idade: _____

2 – Formação Profissional

Graduação: _____

Faculdade: _____

Cidade: _____

Ano de conclusão: _____

3 – Formação Continuada

() Pós-graduação

() Mestrado

() Doutorado

4 – Determinantes Contratuais:

Tempo de atuação como assistente social: _____

Tempo de atuação na área de assistência social: _____

Tempo de atuação no CRAS: _____

Cargo que ocupa no CRAS:

() Coordenação

() Técnico

Tipo de Contrato de trabalho:

- () Contratada
- () Concursada
- () Comissionada
- () Outros

Como é seu local de trabalho? Garante sigilo no atendimento ao usuário?

5 – Demandas, Respostas Profissionais e a Organização do Processo de Trabalho:

a) De acordo com seu cotidiano de trabalho quais são as principais demandas colocadas pela instituição para o assistente social?

b) Quais as principais demandas trazidas pelos usuários ao Serviço Social no CRAS?

c) Você trabalha sozinho ou em equipe? Como é organizado o trabalho do assistente social no CRAS? Quem define a dinâmica do trabalho?

d) O que você entende por instrumentalidade?

e) Você visualiza a instrumentalidade se materializando em seu exercício profissional?
De _____ que _____ forma?

f) Quais os instrumentos e técnicas de trabalho utilizados por você para a realização do seu exercício profissional?

g) Os instrumentais utilizados em sua intervenção profissional são suficientes para dar respostas às demandas trazidas pelos usuários do CRAS? Por quê?

h) O que você entende por Projeto Ético Político do Serviço Social?

i) Como você efetiva a ética em sua prática profissional?

j) Em quais princípios suas ações e práticas profissionais estão pautadas?

k) Qual a importância dada ao Projeto Ético Político de Serviço Social, em relação a sua prática profissional?

l) O Projeto Ético Político está sendo materializado no trabalho realizado pelo Serviço Social? De que forma?

m) A formação acadêmica influencia diretamente na reflexão teórico-prática sobre o significado social da profissão?

n) Quais os desafios do mundo do trabalho postos aos Assistentes Sociais, principalmente os que se encontram inseridos na Política de Assistência Social?

o) O Projeto Ético Político tem sido base para enfrentamento destes desafios?

p) Qual a importância da sua profissão para aqueles a quem você direciona o seu trabalho? Em quais princípios suas ações estão pautadas?
